



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**

**INTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO**

**O PAPEL DOS GESTORES DA MASSA INSOLVENTE NO**

**PLANO DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS**

**Bruno Rodrigo Mendes Alves Pinto**

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do  
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas

Orientada por

**Professor Doutor Nuno Domingues**

Viana do Castelo, janeiro.





**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**

**INTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO**

**O PAPEL DOS GESTORES DA MASSA INSOLVENTE NO**

**PLANO DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS**

**Bruno Rodrigo Mendes Alves Pinto**

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do  
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas

Orientada por

**Professor Doutor Nuno Domingues**

Viana do Castelo, janeiro.

# Resumo

Com as mudanças repentinas na economia portuguesa, com recurso frequente a créditos bancários em condições muito restritas, aliadas ao aumento de *spreads*, tem-se vindo a limitar o investimento e a acentuar a crise económica, existindo um ramo do Direito que ganhou um importante relevo, o Direito da Insolvência. Este direito propõe-se, “a proteger a situação fragilizada do devedor e, por outro lado, possibilitar aos credores a reclamação devida dos seus créditos” (Leitão, 2015, p. 16).

Numa situação de insolvência a “banca, regra geral, recusam-se a conceder financiamentos às empresas, uma vez que considera um financiamento de alto risco devido aos ativos vs. capitais próprios” (Thakor, 2018, pp. 107-111).

Esta proposta de dissertação visa o estudo de dois casos práticos, com desfechos diferentes, de duas empresas do concelho de Viana do Castelo.

Pretende colocar e responder a questões que o regime jurídico dos insolventes suscita, entender as funções do Administrador de Insolvência (AI), a sua responsabilidade e o seu dever legal, assim como:

- perceber qual a importância dos credores em detrimento do AI;
- perceber os principais motivos que conduziram as empresas à insolvência.

Nesta dissertação foi enquadrada uma pesquisa de todo o processo de insolvência, o antes e o depois, assim como a análise dos resultados obtidos das medidas tomadas.

Todo o estudo foi baseado em duas empresas do mesmo grupo, mas com destinos distintos: a Aurélio Marins Sobreiro & Filhos, S.A. (AMS) que se deparou com o plano indeferido e a Fábrica de Cerâmica Vianagrés, Lda. (VG) obteve o respetivo plano aprovado. Estas duas empresas, objeto de análise para o presente estudo de caso, são representativas da realidade de muitas indústrias que optaram pelo direito à insolvência.

Com a Lei n.º 16/20121, de 20 de abril, “o processo de insolvência passou a ser considerado um processo de execução universal que visa a satisfação dos credores pela forma prevista num plano de insolvência, baseado, nomeadamente, na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente, ou quando tal não se afigure possível, na liquidação do património do devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores” (art.º 1º, n.º 1 CIRE) (Cunha, 2014, p. 110).

**Palavras-chave:** Insolvência, massa insolvente, administrador de insolvência, credores.

# Abstract

With the sudden changes in the Portuguese economy, with frequent recourse to loans bank under very strict conditions and joined with the spreads increase, the investment have been limiting and accentuating the economic crisis, where there is a branch of law that has gained important relevance, the Law of Insolvency. This right is intended, on the one hand, to protect the tenuous situation of the insolvent defaulter and, on the other hand, to introduce creditors tools to enabling them to fulfil their rights (Leitão, 2015, p. 16).

In a situation of insolvency, the banks generally refuse to grant financing to companies, since it considers a high-risk financing due to assets vs. equity (Thakor, 2018, pp. 107-111)

The aims of this dissertation proposal is the study of two real case study with different outcomes of two companies of Viana do Castelo municipality.

It intends to raise and respond to questions that the insolvency legal regime raises, to understand the Insolvency Administrator (IA) functions responsibility and its legal duty, as well as:

- realize how important creditors are to the IA detriment.
- understand the main reasons that lead the company's insolvency.

This dissertation included a search of all insolvency process, before and after, as well as the results obtained analysis taken from the measures.

The study was based on two companies from the same group, but with different business area: Aurélio Matins Sobreiro & Filhos, S.A. was confronted with a rejected plan, while Vianagrés, Lda. Ceramic Factory saw its plan approved. The actual study of these two companies, as a concrete case study, is also a practical case of many Portuguese industrialists who opted for an insolvency solution.

With the law no. 16/2012, of 20 April, "the insolvency proceeding has come to be considered a universal enforcement process aimed at the satisfaction of creditors, by the form provided for an insolvency plan, based in particular on the recovery of the company in the insolvent domain, or where this is not possible, in the liquidation of the assets of the insolvent debtor and the distribution of the proceeds obtained by the creditors" (art.1º, n.º 1 CIRE) (Cunha, 2014, p. 110).

**Keywords:** Insolvency, insolvent estate, insolvency administrator, creditors.

## **Agradecimentos**

Aproximando-se o fim de mais uma etapa, gostaria de dirigir uma palavra de agradecimento a todos aqueles me apoiaram durante este percurso e que me ajudaram na concretização desta dissertação.

Agradeço, em especial, ao Professor Doutor Nuno Domingues, por toda ajuda prestada, conhecimento científico transmitido e por ser fundamental no trajeto a que me propus.

Por último, uma palavra para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão que me tem vindo a acolher desde 1995.

## **Lista de Abreviaturas e/ou Siglas**

AI – Administrador de Insolvência

AMS – Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A.

CAE – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas

CIRE – Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

CPC – Código de Processo Civil

CPEREF – Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência

DGJP – Direção Geral da Política de Justiça

DRE – Diário da República Eletrónico

EAJ – Estatuto do Administrador Judicial

FGS – Fundo de Garantia Salarial

IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

MI – Massa Insolvente

UC – Unidade de Conta

VG – Fábrica de Cerâmica Vianagrés, Lda.

# Índice Geral

Resumo .....	I
Abstract.....	II
Agradecimentos.....	III
Lista de Abreviaturas e/ou Siglas.....	IV
Índice de Figuras .....	VII
Introdução.....	1
Metodologia .....	5
Capítulo I – A Insolvência.....	6
1.1. Breves Noções de Insolvência .....	6
1.2. Legislação.....	7
1.3. Objetivos, Vantagens e Desvantagens.....	9
1.4. Estatísticas - Insolvência .....	11
Capítulo II – A Massa Insolvente.....	14
2.1. Conceitos e Princípios .....	14
2.2. O Administrador de Insolvência (AI).....	15
2.2.1. Funções e deveres do Administrador de Insolvência.....	15
2.2.2. Responsabilidades do Administrador de Insolvência.....	16
Capítulo III – Os Efeitos da Insolvência nos Trabalhadores .....	18
Capítulo IV – Estudo de Caso .....	21
4.1. Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A. ....	21
4.1.1. Análise económica da Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A.....	23
4.1.2. O porquê da Insolvência da Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A. ....	24
4.1.3. Credores da Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A. ....	25
4.1.4. Votação da Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A. ....	26
4.2. Fábrica de Cerâmica Vianagrés, Lda. ....	28
4.2.1. Análise Económica da Fábrica de Cerâmica Vianagrés, Lda. ....	29
4.2.2 O porquê da Insolvência na Fábrica de Cerâmica Vianagrés, Lda.....	30
4.2.3. Credores da Fábrica de Cerâmica Vianagrés, Lda. ....	30



4.2.4. Votação da Fábrica de Cerâmica Vianagrés, Lda.....	32
4.2.5. Venda do Estabelecimento Comercial.....	33
Conclusão.....	35
Referências Bibliográficas .....	37
Anexos.....	39
Anexo A – Resumo Créditos Reconhecidos Aurélio Martins Sobreiro & Filhos S.A. ....	40
.....	40
Anexo B – Votação Aurélio Martins Sobreiro & Filhos S.A. ....	41
.....	41
Anexo C – Resumo Créditos Reconhecidos Vianagrés, Lda.....	49
Anexo D – Resumo Votação Vianagrés, Lda. ....	50
Anexo E – Resumo Relatório Avaliação Vianagrés, Lda. ....	51
Anexo F – Anúncio de Venda Vianagrés, Lda. ....	53
Anexo G – Minuta Contrato Transição Vianagrés, Lda.....	54

# Índice de Figuras

Figura 1: Insolvências decretadas nos tribunais da 1.º instância. 1º semestre de 2007 a 2018.....	12
Figura 2: Tipo de pessoas envolvidas nas insolvências decretadas nos tribunais judiciais de 1ª Instância, 1º Trimestre de 2007 a 2018.....	12
Figura 3: Processos do 1º trimestre de 2018 com insolvência decretada, em função da secção da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE) da pessoa coletiva de direito privado envolvida.....	13

# Introdução

O tema que se pretende desenvolver insere-se na problemática com que muitas empresas são confrontadas nos dias de hoje e, especificamente, na análise e compreensão dos elementos constituintes dos processos de insolvência/massa insolvente, julgados mais significativos para este estudo e oportunamente descritos. Define-se então como tema desta dissertação: **O Papel dos Gestores da Massa Insolvente no Plano de Recuperação de Empresas.**

O interesse pessoal sobre este tema reveste-se, essencialmente, de uma componente académica, sendo também bastante significativo o interesse de cidadania, frequente e substancialmente estimulado pelo recente aumento de empresas que recorrem a insolvências, com o objetivo de estudarem um novo plano económico-financeiro que lhes permita sobreviver às inúmeras dificuldades com que se deparam.

Os últimos números relativos a Portugal indicam que, no primeiro trimestre do ano de 2018, foram intervencionadas como insolventes 2930 empresas (Direção Geral da Política de Justiça-DGJP, julho de 2018, 1.º Trimestre, boletim n.º 54, p. 3, figura. 4).

Tendo em conta que o estudo de caso pretende analisar e compreender o processo da insolvência/massa insolvente numa empresa, a revisão de literatura apresentada incide, essencialmente, nos conceitos, nas motivações e nos impactos das insolvências no setor industrial português.

É importante fazer referência à finalidade do processo de insolvência e ao conceito de massa insolvente. “O processo de insolvência é um processo de execução universal que tem como finalidade a liquidação do património de um devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores, ou a satisfação destes pela forma prevista num plano de insolvência, que nomeadamente se baseie na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente”. Relativamente ao conceito de MI:

“1 - A massa insolvente destina-se à satisfação dos credores da insolvência, depois de pagas as suas próprias dívidas e, salvo disposição em contrário, abrange todo o património do devedor à data da declaração de insolvência, bem como os bens e direitos que ele adquira na pendência do processo.

2 – Os bens isentos de penhora só são integrados na massa insolvente se o devedor voluntariamente os apresentar e a impenhorabilidade não for absoluta.”

Um número considerável de estudos aponta no sentido de que a insolvência, através do Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março do Diário da República - I Série - A, n.º 66, é um direito que surgiu para permitir às empresas fazerem uma recuperação económico-financeira, apenas possível com a aprovação da maioria dos credores, sendo estes determinados como relevantes por maior valor de créditos. Muitas das empresas abrangidas por esta lei não conseguem a sua recuperação e acabam por ser liquidadas. Não podemos deixar de salientar que a “empresa não deve ser apenas o instrumento jurídico da atividade lucrativa dos sócios, nem mesmo uma fonte de remuneração dos trabalhadores, tendo também um papel fundamental no sistema produtivo nacional e um elemento decisivo da economia regional e da vida local” (Serra, 2013, pp. 162-163). No ano de 2017 estavam em atividade

665.429 empresas, mas 8.299 encontravam-se em processo de insolvência, ou seja, 1.25% das empresas em Portugal estavam a atravessar um processo de insolvência.

Através da pesquisa levada a efeito, foi possível perceber que existem impactos de várias ordens resultantes das insolvências, quer a nível dos trabalhadores que se sentem fragilizados e muitas das vezes com salários em atraso, quer a nível dos credores que ficam sujeitos ao pagamento faseado dos seus créditos ou mesmo a perda total dos mesmos, o que por si só induz a pergunta:

- qual ou quais os objetivos primordiais do direito de insolvência? A reabilitação de uma empresa ou a sua liquidação? Quais os procedimentos disponíveis para a sua reabilitação? Permite uma gestão eficaz da massa insolvente a recuperação da empresa?

Face ao problema exposto e para lograr obter uma resposta e clarificação, colocam-se a seguir algumas hipóteses que, ainda que de uma forma previsional, pretendem orientar as respostas para a pergunta anterior:

- a recuperação de empresas por via da insolvência reúne melhores condições para a revitalização e viabilização da empresa;
- a insolvência pode constituir-se em uma oportunidade de recuperação.

No sentido de identificar e perceber quais os impactos relacionados com a insolvência em estudo, discriminam-se a seguir alguns objetivos específicos:

- analisar a sustentabilidade das duas empresas em estudo após a insolvência;
- analisar e comparar o posicionamento e estratégia após a insolvência;
- compreender o impacto da insolvência na satisfação dos credores;
- analisar o impacto da insolvência nos colaboradores das empresas em estudo.

Apresentam-se a seguir as empresas que servem de base ao estudo de caso:

- **Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A.(AMS)**

É uma sociedade anónima, com sede social na Rua das Trincheiras, n.º 46 a 54, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Viana do Castelo, com o NIPC 500 033 838, tendo por objeto social:

- ✓ construção de estradas, construção geral de edifícios e engenharia civil e a execução de outras empreitadas e fornecimentos de obras públicas e privadas;
- ✓ extracção, tratamento e transformação de pedras, areias e argilas;
- ✓ fabrico de artigos de granito e outras rochas e de produtos de cimento e asfalto.

A sociedade, fundada em 29 de setembro de 1970, encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Viana do Castelo, com o número 500 033 838 (correspondente à anterior matrícula n.º 334/1970-11-09 da Conservatória do Registo Comercial de Viana do Castelo),

tem um capital social de 5 milhões EUR, correspondente a 1.000.000 ações de valor nominal de 5 EUR cada.

A génese da Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A. remonta ao longínquo ano de 1930, quando o pedreiro Aurélio Martins Sobreiro tomou a decisão de trabalhar como empresário em nome individual.

Iniciou a sua atividade, com um capital social de 1 000 contos, tendo como sede a freguesia de Durrães, concelho de Barcelos. Passou, nessa data, a constituir uma sociedade por quotas, cujos sócios eram, para além do fundador, os seus filhos, Maurício Pinto Sobreiro, Armando Alberto Pinto Sobreiro, Luís Pinto Sobreiro e Germano Pinto Sobreiro.

Cinco anos volvidos, em 18 de fevereiro de 1975, realiza-se o primeiro aumento de capital para 2 000 contos e a alteração da sede para Carvoeiro - Viana do Castelo.

Face às necessidades crescentes de autonomia e como oportunidade de negócio inaugura-se, em 31 de outubro de 1981, a pedreira e instalações de britagem de Vila Praia de Âncora, onde, se encontram instalados os estaleiros centrais da empresa. Nessas instalações desenvolvia-se de forma continuada a extração e produção de inertes para aplicação nas obras da empresa e fornecimentos a terceiros.

Em 11 de Novembro de 1985, opera-se novo aumento de capital social e nova alteração da sede para a Rua das Trincheiras, n.º 46-54, em Viana do Castelo, passando o capital para 100.000 contos e, em 31 de dezembro de 1987, é efetuada mais uma alteração de capital social para 250.000 contos. Finalmente, em 1998, foi realizada a transformação da sociedade que passa a sociedade anónima com um capital social de 1.000.000 contos (atualmente 5 milhões EUR).

Desde 1997 que passou a produzir, aplicar e comercializar produtos acabados de granito serrado, através da pedreira e instalações de Vila Praia de Âncora.

A AMS chegou a ser a maior construtora do Minho e também, por vários anos, o maior empregador, mas, em 31 de outubro de 2011, pelas 10h46, declarou insolvência na Comarca de Viana do Castelo - Instância Local - Secção Cível e foi criado o processo n.º 3257/11.8TBVCT-J3.

- **Fábrica de Cerâmica Vianagrés, Lda. (VG)**

A Fábrica de Cerâmica Vianagrés, Lda., foi fundada em novembro 1986, tendo iniciado a sua atividade de imediato. Encontra-se vocacionada para a produção de louça de grés de uso decorativo e utilitário. A sua sede situa-se na estrada de Algarés, freguesia de Carvoeiro, Concelho de Viana do Castelo. Trata-se de uma sociedade comercial por quotas, que se encontra matriculada na respetiva Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 501 748 717, correspondente ao seu NIPC (certidão permanente com o código de acesso 3586-3417-6475).

O capital social da sociedade é de 800 mil EUR, representado por oito cotas: Maurício Pinto Sobreiro 265.340,00 EUR (duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta euros), Germano Pinto Sobreiro 231.320,00 EUR (duzentos e trinta e um mil, trezentos e vinte euros), Aurélio Martins Sobreiro

& Filhos S.A. (AMS) 175.680.00 EUR (cento e setenta e cinco mil, seiscentos e oitenta euros), Armando Alberto Pinto Sobreiro 155.660,00 EUR (cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e sessenta euros), Maria Conceição Ribeiro 10 mil EUR (dez mil euros), Júlia Rosalina Pinto Machado 1000 EUR (mil euros) e José Cândido Arantes Pinto Sobreiro 1000 EUR (mil euros).

Principais características da empresa:

- ✓ fabrico e comercialização de louça de grés, cozida a 1180°C;
- ✓ maior exportadora de canecas de cerveja para a Alemanha, atingindo produções diárias de 7000 canecas, tornando-a como a maior a nível europeu;
- ✓ ao longo dos anos, realizou vários investimentos, destacando-se a aquisição de um forno contínuo de grande capacidade produtiva (ano 2000), equipamentos para a produção de canecas de cerveja (2006) e máquinas de vidrar a duas cores (ano 2011);
- ✓ vertente artística de louça pintada à mão, sendo a única da região Minho.

Devido às grandes dificuldades financeiras, originárias na casa mãe (AMS), um fornecedor iniciou o processo de insolvência (cartonagem Irmãos Fonseca, Lda.), em 11 de abril de 2012, pelas 12h:00, dando origem ao processo 892/12.OTBVCT 1J CV - Tribunal Judicial de Viana do Castelo.

# Metodologia

Sempre que possível será efetuado o estudo comparativo entre as duas empresas com análise de elementos antes e depois da insolvência.

A primeira abordagem metodológica será constituída por uma revisão da literatura, que é um processo de pesquisa, análise e descrição de uma área de conhecimento em prol de uma resposta a uma pergunta específica. Seguidamente será encetada a recolha de dados através da consulta e análise de resultados económicos disponibilizados, (relatórios de contas, relatórios de sustentabilidade, etc.) pelas empresas em estudo. Será também usado o recurso à entrevista a ambos os gestores de insolvências nomeados pelo tribunal. Um de cada empresa selecionada para o caso de estudo.

Por fim, verificar-se-á a teoria descrita na revisão bibliográfica através da explicação e compreensão dos resultados obtidos pela metodologia atrás mencionada, procedendo dessa forma à fundamentação do estudo.

## **Capítulo I – A Insolvência**

### **1.1. Breves Noções de Insolvência**

Desde que existe comércio, existem situações incobráveis de dívida, ou seja, perda total do investimento realizado para um determinado fim.

“O conceito falência evolui para a insolvência, pois nem todos os falidos necessitam de um processo de recuperação”. O Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência (CPEREF) conjugou o processo de recuperação com o processo de falência e renovou os dois aprovado pelo Decreto-Lei n.º 132/93, de 23 de abril (Serra, 2014, pp. 71-76).

Em 2000, a União Europeia promulga o regulamento (CE) n.º 1346/2000, de 29-05, relativo aos processos de insolvência, que entrou em vigor em 31 de maio de 2002 e obrigou todos os estados-membro a atualizar as suas legislações.

Surge assim o Código da Insolvência e recuperação de e Empresas (CIRE), Decreto-Lei n.º 53/2004, que contém muitos aspetos modernos e avançados, característicos de economias em ascensão, onde o crédito e o incumprimento não são tabus, mas integram parte da economia e onde a insolvência aparece regelando a falência para o contexto económico. As principais inovações foram:

- a primazia da satisfação dos credores;



- a ampliação da autonomia privada dos credores;
- a simplificação de processos.

Num mercado, onde existe um extenso número de empresas, é natural que nem todas possam sobreviver à sua atividade, podendo existir várias justificações relacionadas com diversos fatores adversos que as mesmas não conseguiram ultrapassar. Uma empresa pode ser considerada economicamente viável, quando no seu habitat tem condições para viver de uma forma autónoma e que possa gerar lucros, ou como objetivo mínimo cobrir os custos de produção com as receitas existentes. Por outro lado, “pode ser considerada financeiramente recuperável, atendendo à previsível evolução do binómio despesas/receitas, se considerarmos possível que a mesma atinja o equilíbrio financeiro de forma a poder cumprir obrigações atuais e futuras” (Vasconcelos, 2017, pp. 199-201). É importante referir que estamos a abordar juízos tanto prospetivos como de probabilidade.

“Todas as empresas têm um direito, antes de cessarem a sua atividade, ou seja, o Direito da Insolvência” (Serra, 2014, pp. 71-76).

“O Direito da Insolvência propõe-se, por um lado, tutelar a difícil situação do devedor insolvente e, por outro, dotar os credores de instrumentos que possibilitem a satisfação dos seus créditos” (Leitão, 2015, p. 16).

A insolvência é um estado em que o devedor tem prestações a cumprir superiores aos rendimentos que recebe. Portanto um insolvente não consegue cumprir as suas obrigações. Uma pessoa ou empresa insolvente poderá ao final de um processo ser declarada em definitivamente insolvente, em falência ou em recuperação, com fundamento no Art.º n.º 3 do CIRE. Deverão ser sempre ponderados os interesses dos credores, assim como a tutela das pessoas que fazem parte da organização.

É importante fazer referência que os custos da transação são tanto maiores quanto mais complexo e demorado for o processo.

A insolvência pode ser culposa ou fortuita (art.º 185.º do CIRE).

É culposa a situação que tiver sido originada ou agravada em virtude de uma atuação dolosa ou com culpa grave do devedor ou dos seus administradores, nos três anos anteriores ao início do processo de insolvência (art.º 186.º, n.º 1 do CIRE), sendo fortuita quando assim não tiver sido originada.

## 1.2. Legislação

No dia 14 de setembro de 2001, entrou em vigor o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), aprovado pelo art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março.

O objetivo essencial de qualquer processo de insolvência é a satisfação pela forma mais eficiente dos direitos dos credores, conforme Cfr. ponto 3 do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março.

A declaração da situação de insolvência pode ser pedida por (Costa, 2016, p. 97):

- devedor;
- credor;
- ministério público.

A terminologia do CIRE, diz o seguinte:

O devedor “apresenta-se à insolvência”, enquanto o credor apresenta o pedido de “declaração de insolvência”.

É da responsabilidade do devedor o dever de se apresentar à insolvência no prazo de sessenta dias seguintes à data do conhecimento da situação de insolvência ou à data em que devesse conhecê-la, tal como determina o art.º 18, sob pena de a insolvência poder vir a ser qualificada como culposa nos termos do art.º 186.º, n.ºs 3 e 4, ficando o devedor sujeito às medidas inibitórias previstas no n.º 2 do art.º 189.º.

Porém, deste dever fica afastado “o devedor, pessoa singular não titular de qualquer empresa” à data em que se vir na situação de insolvência, muito embora, se quiser pedir o benefício da exoneração do passivo restante, terá de se apresentar à insolvência, no prazo de seis meses após a verificação da situação de insolvência (Cfr. arts. º 18.º, n.º 2 e 238.º, n.º 1d, do CIRE).

Para estimular o credor a requerer a declaração de insolvência, é-lhe concedido o benefício de privilégios creditórios gerais sobre todos os bens móveis de massa insolvente, relativamente a um quarto do seu montante, sem exceder o valor correspondente a 500 Unidades de Conta (UC), (1. Cfr. art.º 98.º do CIRE).

De acordo com o disposto no art.º 267.º do Código de Processo Civil, a instância inicia-se com a receção do pedido na secretaria do tribunal por qualquer das formas previstas no artigo 150.º do Código de Processo Civil e na Portaria n.º 642/2004, de 16 de junho, e extingue-se com a desistência da instância ou do pedido a par de outras causas de extinção previstas no art.º 287.º do Código do Processo Civil (CPC). A desistência faz-se por documento autêntico ou particular ou ainda por termo lavrado oficiosamente na secretaria a pedido verbal das partes interessadas, sendo atendível até à sentença (Cfr. art.º 21.ª do CIRE).

Esta não é admissível nos casos em que o devedor se tenha apresentado à insolvência e, portanto, a secretaria, ainda que a pedido verbal do devedor, não deve lavrar termo de desistência por se tratar de um ato inútil proibido por lei (Cfr. art.º 137.º do CIRE).

O pedido de declaração de insolvência é articulado na petição inicial, atualmente escrita, na qual, além da exposição dos factos e do pedido final, o requerente:

- indica se a situação de insolvência é atual ou apenas iminente (Cfr. art.º 3.º, n.º 4 do CIRE);
- identifica os administradores do devedor (Cfr. art.º 6.º, n.º 1 do CIRE) e os seus cinco maiores credores, entre os quais não se incluirá o requerente (credor) - art.º 23.º;
- solicita o pedido de adoção de medidas cautelares (Cfr. arts. º 31.º e 32.º do CIRE);

- identifica o nome do cônjuge do devedor que for casado e indicará o regime de bens do casamento.

Para acompanhar o pedido tem que entregar duas certidões:

- do registo civil;
- do registo comercial ou de qualquer outro registo público a que o devedor estiver sujeito.

Caso se verifique que o requerente não é o próprio devedor, têm ainda que fazer constar os elementos mencionados no art.º 25.º CIRE ou, em alternativa, perante a impossibilidade de fornecer qualquer dos elementos atrás mencionados, solicita ao tribunal que os elementos em falta sejam prestados ou fornecidos pelo próprio devedor (art.º 23.º, n.º 3 CIRE).

No caso de apresentação à insolvência:

- o devedor pode apresentar o plano de insolvência ou o plano de pagamentos, consoante for o caso (Cfr. arts. º 24.º, n. º 3; 193.º, n. º 1 e 251.º);
- o devedor insolvente, cuja massa a insolvente esteja compreendida numa empresa, pode requerer a sua recondução na administração da massa insolvente (Cfr. arts. º 36.º, a, e 224.º, n. º 2 do CIRE)
- o devedor que seja pessoa singular, declara, ainda, se pretende a exoneração do passivo restante (Cfr. art.º 23.º, n.º 2, a, do CIRE).

### 1.3. Objetivos, Vantagens e Desvantagens

Cada vez mais existe uma procura de uma solução económico-financeira no âmbito dos processos de insolvência, quer por empresas, pessoas singulares e famílias. Muitas das vezes, o endividamento e a forte vontade de continuar, provoca um crescente aumento neste tipo de soluções.

O principal objetivo de um insolvente é manter a sua atividade, evitando, desta forma, a falência e melhorar a sua situação financeira que, regra geral, se encontra comprometida, com a agravante de ter a responsabilidade de encontrar soluções para os seus credores.

É importante referir que a sua continuidade fica dependente da votação favorável dos seus credores, que têm a última palavra a dizer, como claramente resulta do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 53/2004, de 16 de março, que aprovou o CIRE. Os mesmos têm, em seu poder, as decisões referentes ao património do devedor e/ou à sua liquidação. A sua autonomia denota-se em diversos pontos (Serra, 2014, pp. 36-40):

- qualquer credor, mesmo condicional, pode requerer a insolvência, conforme artigo 20º CIRE;
- os credores podem requer também medidas cautelares;

- os credores podem eleger o administrador de insolvência (AI), em detrimento do AI provisório indicado pelo juiz, conforme artigo 53º/1 CIRE;
- a assembleia de credores pode prescindir da existência da comissão de credores, substituir os seus membros, aumentar o número ou criar a comissão, quando o juiz não a tenha previsto, conforme artigo 67º/1 CIRE;
- em toda a lógica da insolvência prevalece a assembleia de credores, conforme artigo 80º CIRE;
- a assembleia de credores delibera sobre a manutenção da atividade do estabelecimento ou sobre o seu encerramento, conforme artigo 156º/2 CIRE.

#### ✓ **Principais Vantagens:**

Se a insolvência decorrer dentro das normas e não for mais uma forma do devedor escapar às suas responsabilidades, a mesma pode trazer algumas vantagens, sendo mesmo possível recuperar a empresa e torná-la, novamente, viável. Enumeram-se as principais vantagens:

- suspensão, durante o processo de insolvência, de todas as ações executivas contra o devedor;
  - redução do índice de risco para os credores;
  - garantia de, através da MI, obter a quantia necessária para a sobrevivência;
  - durante o processo, não existe a possibilidade de dar início a execuções por parte dos credores;
  - se existirem litígios em curso, referentes ao devedor, todas as decisões deverão ser suspensas, caso esses mesmos litígios afetem a massa insolvente;
  - todas as dívidas serão vencidas assim que seja instaurado o processo de insolvência, exceto os créditos que sirvam de garantia;
  - fim dos privilégios de crédito e garantias;
  - investidores protegidos, se existir manutenção das garantias, durante dois anos;
  - igualdade de direito de todos os credores;
  - elaboração de um plano económico-financeiro, que segundo o artigo 195º/2 CIRE permite quatro planos: liquidação de massa insolvente; recuperação; transmissão de empresa e misto (Serra, 2014, p. 11).

#### ✓ **Principais desvantagens:**

Em todos os processos de recuperação de uma empresa existem riscos associados a desvantagens que fazem parte dos mesmos, tendo como principais:

- o devedor perde os poderes sobre os bens que integrem a massa insolvente e, enquanto o processo estiver pendente, é o AI que assume as funções. Deste modo, apenas este tem legitimidade para propor e dar andamento (Art.º 82.º, n.º 3 do CIRE):

- a. ações de responsabilidade contra fundadores, administradores de direito e de facto, membros do órgão de fiscalização do devedor e sócios, associados ou membros;
- b. ações destinadas à indemnização dos prejuízos causados à generalidade dos credores da insolvência, pela diminuição do património que integre a massa insolvente;
- c. ações contra responsáveis legais por dívidas do insolvente.

- a remuneração atribuída ao devedor limita-se aos fundos necessários para uma vida modesta do próprio e do seu agregado familiar, tendo em conta as possibilidades da MI (Art.º227 do CIRE). Muitas das vezes pode ficar sem remuneração;

- os bens do devedor inseridos na empresa passam para a massa insolvente (ex. casas, carros...);
- risco de liquidação de bens empresariais e pessoais.

## **1.4. Estatísticas - Insolvência**

No que diz respeito ao número de insolvências decretadas nos tribunais judiciais de 1ª instância, 1º Semestre (figura1), nos períodos homólogos correspondentes aos primeiros trimestres de cada ano, é possível reconhecer uma tendência acentuada para o seu crescimento, sendo que, o valor registado no primeiro trimestre de 2018, corresponde a mais de quatro vezes o valor registado no primeiro trimestre de 2007. A tendência de crescimento encontra-se bem patente no aumento de 80,3% verificado entre o primeiro trimestre de 2011 e o período homólogo de 2012. No primeiro trimestre de 2018 e face ao primeiro trimestre de 2017, registou-se uma diminuição de 8,4% no número de insolvências decretadas. Face ao primeiro trimestre de 2014 registou-se uma diminuição de 31,1%.

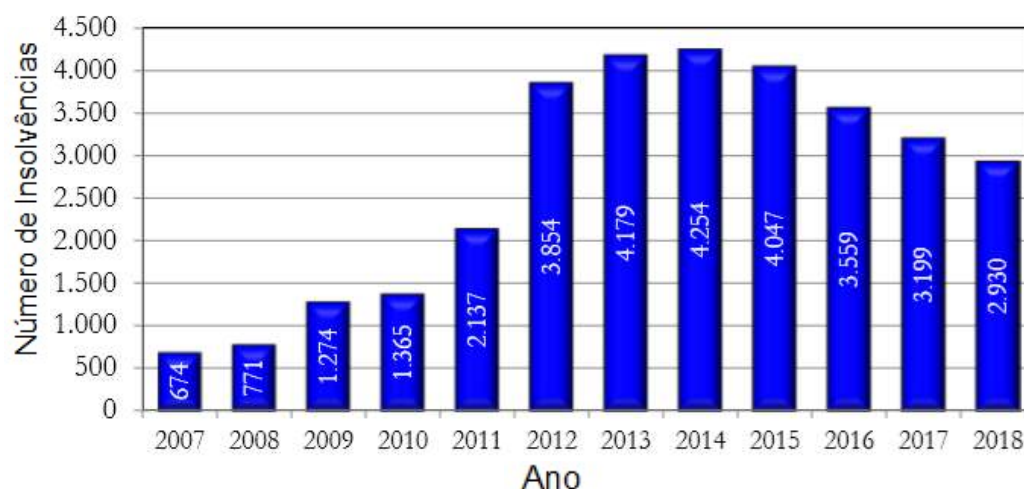


Figura 1: Insolvências decretadas nos tribunais da 1.ª instância. 1º semestre de 2007 a 2018

FONTE: Direção Geral da Política de Justiça, ano de 2018, p. n.º 3.

Relativamente ao tipo de pessoa envolvida nas insolvências decretadas (figura 2), regista-se um aumento, na comparação homóloga do primeiro trimestre de 2007 com o primeiro trimestre de 2018, do peso das pessoas singulares no total de processos (passando de 16,9% para 76,6%, ou seja, mais do que uma quadruplicação do peso), acompanhado por uma redução comparável a nível das pessoas coletivas de direito privado (passando de 81,3% para 23,3% e registando uma diminuição de 58 %).

No primeiro trimestre de 2018 e face ao primeiro trimestre de 2017, registou-se um aumento de cerca de 0,7 % na proporção de pessoas singulares declaradas insolventes. Ao nível das pessoas coletivas de direito privado, regista-se uma diminuição no respetivo peso relativo (- 0,7 %).

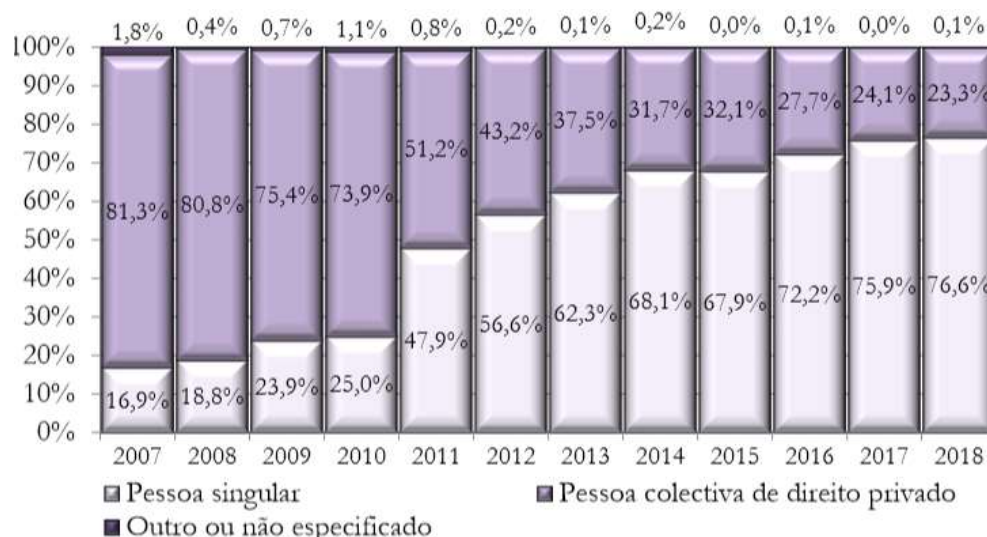


Figura 2: Tipo de pessoas envolvidas nas insolvências decretadas nos tribunais judiciais de 1ª Instância, 1º Trimestre de 2007 a 2018

FONTE: Direção Geral da Política de Justiça, ano de 2018, p. n.º 3.

Considerando a seção da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE) das pessoas coletivas de direito privado envolvidas nos processos do primeiro trimestre de 2018, com insolvência decretada, é possível afirmar que 25,9% correspondiam à categoria de comércio por grosso, retalho e reparação de veículos e 21,5% à categoria da indústria transformadora, sendo estas as categorias com o peso mais relevante (figura 3).

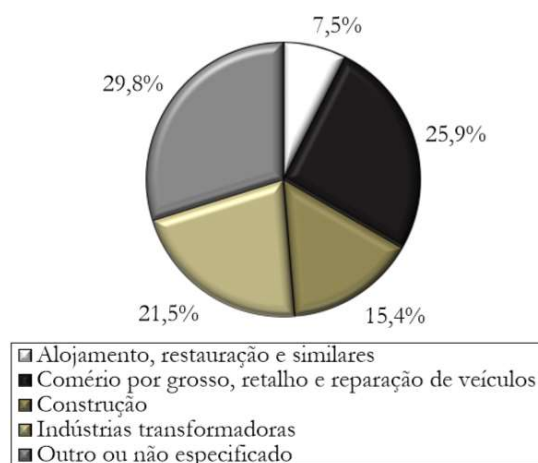


Figura 3: Processos do 1º trimestre de 2018 com insolvência decretada, em função da secção da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE) da pessoa coletiva de direito privado envolvida.

FONTE: Direção Geral da Política de Justiça, ano de 2018, pág. n. °3.

## **Capítulo II – A Massa Insolvente**

### **2.1. Conceitos e Princípios**

A definição de massa insolvente consta no art.º 46º, n.º 1 do CIRE, que refere: “a massa insolvente destina-se à satisfação dos credores de insolvência, depois de pagas as suas dívidas”, incluindo, salvo referência oposta, “todo o património do devedor à data da declaração de insolvência”.

“Existe um alargamento do conjunto de encargos que devem ser satisfeitos antes de se proceder à satisfação dos créditos dos credores da insolvência” (Fernandes & Labreda, 2015, p. 292).

Com esta definição, podemos fazer referência ao grande objetivo da massa insolvente, que passa pela “proteção” dos credores envolvidos no processo.

O n.º 2 do mesmo art.º 46, faz referência aos bens que são isentos de penhora e estes só fazem parte da massa insolvente se o devedor voluntariamente os apresentar, isto é, têm que ser reclamados e reconhecidos na listagem dos créditos.

Desta forma, “a massa insolvente é detentora do conjunto de bens atuais e futuros que o devedor possa vir a ter, ficando o património separado logo após a data de aprovação de insolvência e interligado com o interesse da satisfação dos credores” (Sousa, 1968, p. 76) & (Ascensão, 1995, pp. 641-688).

Em resumo, podemos afirmar que no processo de insolvência, “todos os bens do devedor adquiridos após início do mesmo, reverterem a favor da massa insolvente e aí permanecem até à extinção da



mesma. A gestão dos bens é da responsabilidade do AI com aprovação da assembleia de credores “(Ascensão, 1995, pp. 653 e 684-685) .

Como já referenciamos, da MI fazem parte bens que pertencem ao insolvente, “sendo que os mesmos têm que estar sujeitos a penhora para o cumprimento da obrigação” (Lima & Varela, 2010, p. 348).

Após análise do art.º 46 n.º 2 do CIRE, que faz referência a apresentação voluntária dos bens que não são penhoráveis, conclui-se que estes “passam de forma automática e irreversível para a MI, sendo pertença da mesma até a extinção do processo” (Fernandes & Labareda, 2015, p. 181).

No despacho que declara a insolvência, é determinada a apreensão de bens do devedor (insolvente) a favor da AI, mesmo os bens que, à partida, não reúnam condições, pelo facto de estarem penhorados, arrestados ou por outro motivo de apreensão.

O património do devedor, no processo de insolvência, pode seguir dois rumos: “a liquidação ou a aprovação de um plano que privilegie outro destino” (Epifânio M. R., 2015, p. 254).

## **2.2. O Administrador de Insolvência (AI)**

### **2.2.1. Funções e deveres do Administrador de Insolvência**

Após validação da insolvência por parte de um juiz, é nomeado um administrador de insolvência que pode ser sugerido pelo devedor, estando sujeito à aprovação por parte do primeiro. Caso não seja sugerido, será nomeado pelo juiz. O AI tem uma categoria profissional específica, cujo estatuto consta na Lei 22/2013, de 26 de fevereiro. “Os AI devem considerar-se servidores da justiça e do direito e mostrar-se dignos das responsabilidades que lhe são inerentes”, conforme artigo 12.º, nº1 do Estatuto do Administrador Judicial (EAJ) (Epifânio & Branco, 2016, p. 36).

“A principal função do AI é assumir o controlo da massa insolvente e fazer a sua administração”, sendo responsável pela tomada das decisões da mesma (Martins, 2013, p. 228). Como conceito de massa insolvente, podemos definir segundo o art.º 46 do CIRE:

“1 - A massa insolvente destina-se à satisfação dos credores da insolvência, depois de pagas as suas próprias dívidas, e, salvo disposição em contrário, abrange todo o património do devedor à data da declaração de insolvência, bem como os bens e direitos que ele adquira na pendência do processo.

2 - Os bens isentos de penhora só são integrados na massa insolvente se o devedor voluntariamente os apresentar e a impenhorabilidade não for absoluta”.

Deste modo, compete ao AI a elaboração de um plano para votação na assembleia de credores. O AI pode pedir ao juiz a convocação da assembleia de credores e tem direito e o dever de participar na mesma. Esse mesmo plano pode ser aprovado ou rejeitado. Deverá fazer um inventário dos bens e direitos que integram a massa insolvente.

O AI tem competências no que diz respeito à verificação de créditos. Os mesmos têm que ser reclamados por todos os credores que assim o entendam e reconhecidos. O AI deverá elaborar uma

lista de créditos reconhecidos e não reconhecidos, responder às impugnações e ser ouvido em audiência. Deverá continuar a explorar a empresa, se for o caso, e evitar, na medida do possível, a deterioração da situação financeira.

Na situação concreta da liquidação do património do insolvente, compete ao AI proceder à venda dos bens, devendo recorrer a um leilão eletrónico. Quando os bens estão suscetíveis de perecimento ou mesmo de deterioração, pode o AI proceder à venda antecipada.

A responsabilidade de pagamento de dívidas da massa insolvente é na íntegra do AI. Segundo o art.º 51.º do CIRE, salvo preceito expresso em contrário, são dívidas da massa:

- a. as custas do processo de insolvência;
- b. as remunerações do AI e as despesas deste e dos membros da comissão de credores;
- c. as dívidas emergentes dos atos de administração, liquidação e partilha da massa insolvente;
- d. as dívidas resultantes da atuação do administrador da insolvência, no exercício das suas funções;
- e. qualquer dívida resultante de contrato bilateral cujo cumprimento não possa ser recusado pelo administrador da insolvência, salvo na medida em que se reporte a período anterior à declaração de insolvência;
- f. qualquer dívida resultante de contrato bilateral cujo cumprimento não seja recusado pelo administrador da insolvência, salvo na medida correspondente à contraprestação já realizada pela outra parte anterior à declaração de insolvência ou em que se reporte a período anterior a essa declaração;
- g. qualquer dívida resultante de contrato que tenha por objeto uma prestação duradoura, na medida correspondente à contraprestação já realizada pela outra parte e cujo cumprimento tenha sido exigido pelo administrador judicial provisório;
- h. as dívidas constituídas por atos praticados pelo administrador judicial provisório no exercício dos seus poderes;
- i. as dívidas que tenham por fonte o enriquecimento sem causa da massa insolvente;
- j. a obrigação de prestar alimentos relativa a período posterior à data da declaração de insolvência, nas condições do art.º 93.

## **2.2.2. Responsabilidades do Administrador de Insolvência**

É importante definirmos o conceito de responsabilidade para assim entendermos o seu significado. Responsabilidade, é a obrigação de responder pelas próprias ações, pelas dos outros ou por situações confiadas, existindo na lei diversas modalidades de responsabilidade, destacando-se a responsabilidade civil extracontratual e contratual (Dicionário de Língua Portuguesa Priberam).

A responsabilidade civil extracontratual é que mais se aproxima do AI, a qual está referenciada nos n.ºs 1 e 2 do art.º 59.º do CIRE. A lei introduziu a modalidade de responsabilidade civil extracontratual por

factos ilícitos, a qual exige a verificação de cinco requisitos cumulativos. Importa salientar que a aplicação do art.º 59.º exige que o lesado seja um credor da massa ou um credor da insolvência ou o próprio insolvente, pois caso seja um terceiro, o regime a aplicar já será o regime geral do artigo 483.º do Código Civil (Martins, 2013, p. 228). A responsabilidade do administrador, enquadra-se neste tipo, uma vez que, dispõe que “a responsabilidade do administrador da massa insolvente pela inobservância dos deveres que lhe incumbem, depende da verificação dos mesmos pressupostos exigidos para a responsabilidade aquiliana, sendo evidente a sua legitimidade passiva, sempre que se verificarem esses requisitos” (Martins, 2013, p. 227).

No âmbito de insolvência, existem dois tipos de responsabilidades:

1 – A responsabilidade por atos próprios do AI, do artigo 59 dos n.ºs 1 e 2 CIRE.

No n.º 1 existem diferentes responsabilidades, quer seja perante os devedores e credores da insolvência, quer seja referente aos credores da massa insolvente em que o AI tem falta de observância culposa dos deveres que lhe incumbem e a culpa é apreciada pela diligência de um AI criterioso e ordenado.

O n.º 2 do artigo 59º CIRE, faz referência à responsabilidade perante os credores da massa insolvente, estabelecendo que o AI responde pelos danos causados aos credores da massa insolvente se esta for insuficiente para satisfazer integralmente os respetivos direitos e estes resultarem de ato do administrador, salvo o caso de não ser possível avaliar previamente a insuficiência da massa.

2 – Faz parte do artigo 59 do n.º 3 CIRE e faz referência a responsabilidade do AI por atos dos seus auxiliares. O administrador da insolvência responde solidariamente com os seus auxiliares pelos danos causados pelos atos e omissões destes, salvo se provar que não houve culpa da sua parte ou que, mesmo com a diligência devida, se não teriam evitado os danos.

No mesmo artigo, n.º 4, é importante referir que, a partir do momento em que o lesado tem conhecimento dos direitos que lhe competem, a responsabilidade do AI prescreve no prazo de dois anos, mas nunca depois de decorrido igual período sobre a data de cessação de funções.

“O AI deve atuar com absoluta independência e isenção, estando-lhe vedada a prática de qualquer ato que o beneficie ou a terceiros, que possam por em causa a recuperação do devedor, não se podendo esquecer que a sua conduta tem como princípio a satisfação dos interesses dos credores” (Sousa, 1968, p. 287).

## **Capítulo III – Os Efeitos da Insolvência nos Trabalhadores**

O cumprimento ou incumprimento das obrigações dos agentes económicos, nomeadamente das empresas, terá repercussões necessárias na vida económica e financeira dos demais. “Consideram-se agentes económicos: as famílias, que desempenham na atividade económica a função principal do consumo de bens e serviços; as empresas, que, em geral, se dedicam à produção de bens e à prestação de serviços; o Estado, que tem a função de fornecer bens e serviços que têm como objetivo a redistribuição do rendimento e a satisfação das necessidades coletivas; e o resto do Mundo, que representa as transações entre a economia e os diversos agentes estrangeiros” (Costeira, 2013, pp. 89-91).

A insolvência da empresa tem bastante influência na estabilidade emocional e financeira dos seus trabalhadores. Entre outros, é por esse motivo que o trabalhador, perante a situação de insolvência, pode ter interesses distintos, desejando, por um lado, a manutenção do seu posto de trabalho e, por outro, a rápida regularização e satisfação dos seus créditos. “A manutenção do posto de trabalho é encarada como um interesse coletivo e não pessoal, uma vez que a proteção se concretiza através da possibilidade de intervenção no processo de insolvência” (Costeira, 2013, pp. 78-81).

O CIRE, admite a participação dos trabalhadores, apenas a título consultivo e de eventual fiscalização, isto é, não se encontram habilitados a determinar o percurso do processo, ou até mesmo evitar que a sua relação de trabalho termine. Em contrapartida, os trabalhadores podem ter uma palavra enquanto credores da empresa insolvente. Podem os mesmos possuírem créditos sobre a insolvência ou mesmo da massa insolvente, dependendo do momento em que se constituem. “As origens dos créditos podem

ser relacionadas com o contrato de trabalho ou créditos que resultam da cessação do vínculo do contrato de trabalho como respetiva compensação” (Costeira, 2013, p. 62).

São considerados créditos gerais, aqueles que incidem sobre o valor de todos os bens móveis e imóveis existentes no património do devedor. Os créditos que beneficiarem destas garantias são considerados créditos privilegiados, sendo pagos e graduados em 2.º lugar. Os primeiros a serem pagos são os garantidos, seguindo-se os comuns e os subordinados, respetivamente. Os privilégios creditórios imobiliários são aqueles que incidem sobre bens imóveis (urbanos, rústicos, frações autónomas, terrenos, etc...); via de regra, são especiais, mas também existem muitos privilégios creditórios imobiliários gerais criados por Leis Fiscais.

“Enquanto credores, os trabalhadores têm direito à proteção dos créditos laborais que está prevista nas leis laborais e no direito comunitário, designadamente pela previsão de um privilégio creditório mobiliário geral e imobiliário especial, bem como pelo pagamento antecipado com recurso ao Fundo de Garantia Salarial” (Monteiro, 2016, pp. 2-3). Este fundo pode ser ativado até um ano a contar do dia seguinte àquele em que cessou o contrato de trabalho por preenchimento de requerimento devido, mas o trabalhador e a empresa têm que reunir algumas condições, como por exemplo:

#### Trabalhador:

- ter um contrato de trabalho ou uma relação de trabalho subordinado (relação patrão/empregado), com empregador com atividade em Portugal;
- trabalhadores que exerçam ou tenham exercido habitualmente a sua atividade em território nacional, mas ao serviço de empregador com atividade no território de dois ou mais Estados-Membro, ainda que o empregador seja declarado insolvente por tribunal ou autoridade competente de outro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu;
- ter dívidas da entidade empregadora (salários, subsídios de férias, Natal ou alimentação, indemnizações por terem terminado o contrato de trabalho ou não cumprido as suas condições).

#### Empresa:

- ter sido proferida sentença de declaração de insolvência do empregador;
- ter sido proferido despacho do juiz que designa o administrador judicial provisório, em caso de Processo Especial de Revitalização (PER);
- ter sido proferido despacho de aceitação do requerimento proferido pelo IAPMEI-Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., no âmbito do procedimento extrajudicial de recuperação de empresa.

O Fundo de Garantia Salarial ( FGS) impõe regras nos salários que têm como limite três vezes o salário mínimo nacional, logo, o limite global garantido é igual a dezoito vezes o salário mínimo nacional que estava em vigor na data de vencimento dos créditos/dívida, não podendo cada salário ser superior a três vezes a remuneração mínima mensal garantida para o ano a que dizem respeito os créditos. Aos

valores pagos ao trabalhador, serão descontadas: as quotizações para a Segurança Social, a retenção na fonte para o IRS e as eventuais taxas em vigor.

Este “crédito antecipado da Segurança Social ao trabalhador será ressarcido pela Massa Insolvente (MI) à entidade credora do mesmo, ou seja, à Segurança Social” (Monteiro, 2016, pp. 12-13).

## **Capítulo IV – Estudo de Caso**

Tal como já foi referenciado, este estudo de caso é proveniente de uma situação real de duas empresas de capital português. Ambas as empresas tinham vários anos de atividade e, no caso da AMS, a gestão encontrava-se a cargo da segunda geração, sendo a passagem de testemunho à terceira geração o mais expectável. As empresas em questão apresentavam áreas de negócios distintos: a Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A., era um prestador de serviços vocacionado para as obras públicas; e a Fábrica de Cerâmica Vianagrés, Lda (VG), um produtor de louça de grés. A AMS detinha uma participação na VG.

### **4.1. Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A.**

Na tabela número 1, enumeram-se as participações financeiras da AMS.

**Tabela 1: Participações Financeiras AMS**

<b>EMPRESA</b>	<b>SEDE</b>	<b>% CAPITAL</b>
Aurélio Martins Sobreiro, Lda Moçambique	Maputo	83,33%
AS- Aurélio Sobreiro, Lda Angola	Luanda	70,00%
Fábrica de Cerâmica Vianagrés, Lda	Viana do Castelo	21,96%
Artecil-Cimentos de artefactos, Lda	Viana do Castelo	30,00%
Euroscut- Soc.Conc.Scut Algarve, S.A	Lisboa	3,00%
Autoestrada Norte Litoral	Lisboa	3,19%
Algarve Internacional, B.V	Amesterdão	3,00%
Euroscut Açores	Lisboa	2,70%
Via livre, S.A	Lisboa	3,19%

Fonte: relatório artigo 155 AMS

Esta empresa surgiu em 29 de setembro de 1970, estando registada na Conservatória do Registo Predial de Viana do Castelo com o n.º 50033838 e um capital social de 5 milhões EUR. Como se pode verificar na tabela número 1, a empresa detinha 21.96% do capital da VG.

A AMS foi durante muitos anos um dos maiores empregadores do distrito de Viana do Castelo e uma grande fonte de riqueza para a região. Apresentou várias fases de crescimento e diversificou a sua área de negócios, tal como se pode verificar pelas participações da tabela número 1.

Pela análise da tabela número 2, verifica-se que o estudo incide numa empresa de grandes dimensões, mas com cariz familiar na sua organização. Basta para isso fazer referência à quantidade de apelidos “Sobreiro” que constam nos acionistas.

Os documentos contabilísticos ao longo dos anos, foram demonstrando uma forte capacidade de realização de novos investimentos. Foi sempre esse o espírito que a levou a novos horizontes além-fronteiras.

O capital encontrava-se dividido pelos seguintes acionistas:



**Tabela 2 - Acionistas AMS**

<b>NOME</b>	<b>VALOR AÇÕES</b>	<b>% CAPITAL</b>
Maurício Pinto Sobreiro	2 047 630,00 €	40,95%
Germano Pinto Sobreiro	1 233 150,00 €	24,66%
Armando Alberto Pinto Sobreiro	806 620,00 €	16,13%
Ações Próprias	483 585,00 €	9,67%
Ana Pinto Sobreiro	206 280,00 €	4,13%
Júlia Rosalina Pinto Machado	100 015,00 €	2,00%
Glória Pereira Martins	90 700,00 €	1,81%
Carlos Manuel Pina dos Reis Novais	25 000,00 €	0,50%
José Cândido Arantes Pinto Sobreiro	1 000,00 €	0,02%
Armando Alberto Pinto Sobreiro	520,00 €	1,00%
Aurélio Manuel Martins Maciel	500,00 €	0,01%
Gonçalo Nuno Sobreiro Rodrigues Ribeiro	500,00 €	0,01%
João Manuel Pavão Delgado	500,00 €	0,01%
José Rui Lopes Sobreiro	500,00 €	0,01%
Luís Miguel Lopes Pinto Sobreiro	500,00 €	0,01%

Fonte: relatório artigo 155 AMS

É importante salientar que a sua grande vocação foi sempre as obras viárias, dando principal ênfase a obras do concelho de Viana do Castelo. Com os concursos públicos cada vez mais escassos nesta região, a empresa procurou rapidamente alargar horizontes, aventurando-se no concurso para obras em todo o território português, incluindo as ilhas, obras estas de grande envergadura, uma vez que o raio de ação era muito maior e mais vasto. Desta nova estratégia, surgiu o risco das grandes obras, em que os valores eram avultados e os créditos malparados passaram a ser uma realidade. Para além do alargamento no mercado nacional, a empresa definiu, igualmente, uma estratégia de internacionalização, criando novas empresas em Moçambique e em Angola.

Até ao ano final de 2009, o volume de negócio médio era de 25 milhões de Euros e detinha 275 (duzentos e setenta e cinco) trabalhadores diretos, o que era ajustado para a realidade da empresa, sendo mesmo uma grande referência na sua atividade económica. Os problemas económicos começaram a surgir no ano de 2010, por diversos motivos que estudaremos no ponto seguinte.

#### **4.1.1. Análise económica da Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A.**

O ano de 2010 definiu-se como o ano de viragem negativa para a empresa. As derrapagens revelavam-se enormes e incontrolláveis, ficando os principais acionistas sem estratégia de futuro e com várias discórdias na gestão da empresa e de todo o grupo que a ela estava associado.

Nesta altura, surgiram os primeiros problemas de relação pessoal e profissional entre acionistas, os quais começaram a ser uma constante e que muito contribuíram para o aumento das dificuldades financeiras que tinham que enfrentar, uma vez que não chegavam a um consenso em termos de estratégia. Neste ano de 2010 verificaram-se os seguintes pontos negativos:

- o volume de negócios desce cerca de 10%, quando comparado com ano anterior (2,75 milhões de euros);
- aumenta cerca de 20% o custo operacional, que é justificado pelo alargamento do seu raio de ação;
- redução de mais de 500 mil EUR no resultado líquido, quando comparado com o ano anterior.

No ano de 2011, as dificuldades continuaram a agravar-se, demonstrando graves dificuldades de liquidez, que eram justificadas por um conjunto de situações:

- crise bancária, que fechou vários apoios financeiros;
- grandes dificuldades de cobrança, como por exemplo ao Estado. O total de valor a receber ascendia a 15 milhões de EUR;
- grandes derrapagens nos custos de execução, onde se pode fazer referência a perdas de 4 milhões de euros na SCUT dos Açores;
- investimentos, sem retorno, na empresa de Moçambique, de cerca de 2,5 milhões de EUR;
- investimentos, sem retorno, em Angola, com venda de equipamentos da AMS no valor de 2,14 milhões de EUR;
- deslocalização de vários trabalhadores qualificados para Angola pagos pela AMS;
- a participada em Angola era devedora à AMS, incluindo todos os serviços e equipamentos fornecidos, num valor de superior a 7 milhões de EUR.

Neste mesmo ano, o volume de negócio desceu abruptamente, ficando nos 14,5 milhões de EUR. Como esta redução não foi acompanhada de novas estratégias por parte dos acionistas, a empresa entrou em rotura de tesouraria.

Como já tinha esgotado toda a sua capacidade de financiamento, não lhe foi possível contrair nenhum empréstimo nem realizar um aumento de capital. A sociedade entra em colapso no 3º trimestre de 2011, altura em que deixa de pagar os salários pela primeira vez na sua história.

#### **4.1.2. O porquê da Insolvência da Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A.**

Perante um cenário tão negativo de um dos maiores empregadores do distrito de Viana do Castelo e com os seus colaboradores, por vezes famílias, em grandes dificuldades financeiras, para além do grande passivo, a empresa sentiu a necessidade de seguir o direito da insolvência. As principais razões para esta nova realidade da empresa são justificadas pelos seguintes pontos:

- relações pouco clarificadas entre a empresa participada de Angola, com divergências de valores reclamados em Angola e entregues em Portugal;
- relação pouco clarificada entre a empresa participada de Moçambique;

- dificuldades de atuação em território nacional, devido à conjuntura económica;
- aumento de custos com o alargamento de novos horizontes nacionais,
- derrapagens graves em orçamentação;
- alguns serviços duplicados entre a sede e outras participadas;
- desentendimentos entre o principal acionista e os seus dois irmãos, também acionistas, o que demonstrou uma incapacidade para tomarem decisões em prol da sociedade.

Pelos motivos acima referenciados, deu entrada no 1.º juízo do Tribunal Judicial de Viana do Castelo, pelas 10h:46, em 31 de outubro de 2011, o pedido de insolvência. Este pedido deu origem ao processo n.º 3257/11.8TBVCT-J3. O anúncio da insolvência foi publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 224, de 22 de novembro de 2011.

Foi nomeado Administrador da Insolvência, o Dr. Nuno Rodolfo da Nova Oliveira da Silva, economista, com escritório na Quinta do Agrelo, Rua do Agrelo, n.º 236, Castelões, em Vila Nova de Famalicão, contribuinte nº 206 013 876.

#### **4.1.3. Credores da Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A.**

Foram rececionadas pelo gestor de insolvência mais de 550 reclamações de créditos, nos termos do artigo 128 do CIRE. A elaboração da relação dos créditos reconhecidos, prevista no artigo 129º do CIRE (relação de créditos reconhecidos e não reconhecidos), pressupõe a análise de todas aquelas reclamações, para que os créditos reclamados fossem devidamente apreciados. Este foi um processo complexo e moroso, uma vez que nos referimos a grandes quantidades de credores e de valores na ordem dos 31.580.120,49 EUR (trinta e um milhões, quinhentos e oitenta mil, cento e vinte euros e quarenta e nove cêntimos). Para melhor se compreender a ordem de grandeza dos mesmos, junta-se o anexo A com o resumo da listagem de créditos reconhecidos.

A decisão dos credores é fundamentada e de extrema importância para a sobrevivência da empresa. A sua votação pode seguir dois caminhos:

- liquidação;
- recuperação.

Uma das grandes questões que os credores se deparam nestas situações é a seguinte:

#### **“Recebo mais com a recuperação ou com a liquidação?”**

Contudo, a resposta a esta pergunta deverá ter em consideração outros fatores, que vão para além do valor que cada credor poderá receber, ou seja, se os votos não forem suficientes para a aprovação do plano, o caminho a seguir será o da liquidação. Este cenário acarreta graves consequências a nível social, na medida em que todos os seus trabalhadores serão reencaminhados para o fundo de desemprego, com as respetivas indemnizações pela entidade empregadora. Para além deste cenário, ainda existe como consequência a fragilidade ao nível da economia local, dado que muitas micro e pequenas empresas estavam dependentes da AMS.

Neste caso, todos os créditos dos credores ficaram sujeitos à venda do património, que após análise dos mesmos, se verificou que não era suficiente para liquidar todos as dívidas existentes. O risco de os credores não recuperarem os seus créditos era elevado.

Num cenário de recuperação, com a manutenção da atividade, a possibilidade dos credores terem os seus créditos ressarcidos é mais elevada pois, para além do produto obtido com a venda de parte do património imobiliário e mobiliário, não afeto à exploração, haverá ainda a possibilidade dos credores converterem os seus créditos em capital social da sociedade devedora ou mesmo fazerem-se pagar com participações sociais da nova sociedade a constituir.

Perante a pergunta anteriormente colocada, rapidamente chegamos à conclusão que a recuperação da empresa seria o melhor caminho para os credores e para toda a organização.

#### **4.1.4. Votação da Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A.**

Para melhor se compreender a votação, iremos abordar o direito de voto (Art.º 73.º do CIRE), o qual nos diz:

- “caso os créditos já estejam reconhecidos definitivamente, os mesmos conferem um voto por cada euro ou fração. A reclamação dos mesmos deve ser efetuada pelo credor no processo, ou caso, esteja dentro do prazo previsto podem ser reclamados na própria assembleia de credores. Os créditos são validados se não forem rejeitados pelo AI, ou por algum credor com direito de voto;
- o número de votos conferidos por crédito sob condição suspensiva é sempre fixado pelo juiz, em atenção à probabilidade da verificação da condição;
- os créditos subordinados não conferem direito de voto, exceto quando a deliberação da assembleia de credores incida sobre a aprovação de um plano de insolvência;
- a pedido do interessado pode o juiz conferir votos a créditos impugnados, fixando a quantidade respetiva, com ponderação de todas as circunstâncias relevantes, nomeadamente da probabilidade da existência, do montante e da natureza subordinada do crédito, e ainda, tratando-se de créditos sob condição suspensiva, da probabilidade da verificação da condição;
- da decisão do juiz prevista no número anterior não cabe recurso;
- não é em caso algum motivo de invalidade das deliberações tomadas pela assembleia a comprovação ulterior de que aos credores competia efetivamente um número de votos diferente do que lhes foi conferido;
- sem prejuízo do que, quanto ao mais, se dispõe nos números anteriores, os créditos com garantias reais pelos quais o devedor não responda pessoalmente conferem um voto por cada euro do seu montante, ou do valor do bem dado em garantia, se este for inferior.”

É importante referir que nos casos em que não seja exigido maioria superior ou outros requisitos, a decisão da assembleia de credores pode ser considerada pela maioria dos votos emitidos, não se considerando as abstenções para o efeito (Art.º 77.º do CIRE).

O direito de voto pode ser por escrito, se previamente todos os membros tiverem acordado esta forma de deliberação (Art.º 69.º alínea 3 do CIRE), e deve conter a aprovação ou rejeição do plano de insolvência apresentado pelo AI (Art.º 211.º do CIRE)

A proposta de plano de insolvência considera-se aprovada se, estando presentes ou representados na reunião credores cujos créditos constituam, pelo menos, um terço (33%) do total dos créditos com direito de voto, ou seja, tem que existir um mínimo para se proceder à votação e, por outro lado, recolher mais de dois terços (66%) da totalidade dos votos emitidos e mais de metade (+50%) dos votos emitidos correspondentes a créditos não subordinados, não se considerando como tal as abstenções (Art.º 212.º do CIRE).

Na assembleia de credores da AMS foram emitidos dois tipos de votos:

Votos presenciais:

- votos contra: 5.614.774,05 EUR;
- votos a favor: 4.477.341,05 EUR.

Votos por escrito:

- votos contra: 8.511.392,07 EUR;
- votos a favor: 10.870.652,27 EUR

Considerando todos os votos, o resultado final da votação foi o seguinte:

<i>Tabela 3 - Votação Assembleia de Credores AMS</i>			
<b>VOTOS</b>	<b>CONTRA</b>	<b>A FAVOR</b>	<b>TOTAL</b>
Votos presenciais	5 614 774,05 €	4 477 341,05 €	10 092 115,10 €
Votos por escrito	8 521 392,07 €	10 870 652,27 €	19 392 044,34 €
Totais	14 136 166,12 €	15 347 993,32 €	29 484 159,44 €
	47,94%	52,06%	100,00%

FONTE: Requerimento votação AMS

Perante este cenário, o plano de insolvência não recolheu os votos necessários para a sua aprovação. Tal como já tínhamos referenciado, o plano teria que recolher no mínimo 1/3 (66%) de votos favoráveis. Todos os resultados podem ser consultados no anexo B.

Esta votação da assembleia de credores não permitiu à empresa um caminho alternativo a não ser o da liquidação, dando origem à sua extinção assim que o AI reunisse as condições necessárias para deliberar nesse sentido.

Termina assim, de forma abrupta, a história da empresa Aurélio Martins Sobreiro & Filhos S.A, com todo o seu património a ser liquidado.

## 4.2. Fábrica de Cerâmica Vianagrés, Lda.

A empresa surgiu, em novembro de 1986, com o desafio lançado por um grande ceramista vianense, o Sr. Alves, a um dos sócios da empresa AMS, Sr. Maurício Sobreiro.

Como existiam instalações disponíveis em Carvoeiro - Viana do Castelo, outrora estaleiros da empresa AMS, e sendo o Sr. Maurício um “visionário” e forte empreendedor, resolveu aceitar o desafio e iniciar a atividade de fabrico de louça de grés utilitária e decorativa, passando a pertencer ao CAE 23412. Está registada na Conservatória do Registo Comercial de Viana do Castelo com o número 501 748 717. A VG é uma sociedade por cotas, com um capital da sociedade de 800 mil EUR.

Pela análise da tabela número 4, verifica-se que todo o capital pertence a familiares, sendo o apelido “Sobreiro” dominante. Estamos, portanto, a falar de uma empresa com uma forte componente familiar.

A VG conseguiu, durante muitos anos, ser uma referência no fabrico de louça decorativa e utilitária pintada à mão e com a criação de uma decoração única que perdura até à atualidade, com a designação mostarda (decoração específica da VG com recurso à moagem de uma pedra ferrosa, que existe em campos circundantes).

Na tabela número 4, enumera-se o capital dos sócios.

Tabela 4 - Capital Social VG		
EMPRESA	COTAS	% CAPITAL
Armando Alberto Pinto Sobreiro	115 660,00 €	14,46%
Aurélio Martins Sobreiro & Filhos S.A.	175 680,00 €	21,96%
Germano Pinto Sobreiro	231 320,00 €	28,92%
José Cândido Arantes Pinto Sobreiro	1 000,00 €	0,13%
Júlia Rosalina Pinto Machado	1 000,00 €	0,13%
Maria Conceição Ribeiro	10 000,00 €	1,25%
Maurício Pinto Sobreiro	265 340,00 €	33,17%

FONTE: Relatório art.º 155 Vianagrés, Lda.

Ao longo dos anos e com indicadores positivos, a empresa investiu na sua modernização, onde se destaca:

- aquisição de um forno contínuo para a cozedura da louça no ano 2000, sendo este o único desta tipologia e com esta capacidade e processo a operar na região norte de Portugal;
- montagem de um secador aéreo de grande capacidade e eficiência no ano 2000, com o objetivo de melhorar a rapidez na secagem da louça (também único deste tipo a norte de Portugal);
- investimento na aquisição de uma unidade completa de canecas de cerveja (Portgrez, com sede em Braga) e transferência desta para as instalações da VG. A empresa duplicou a faturação e passou a ser o maior fabricante de canecas de cerveja da Europa, com produção média diária de 5000 canecas para a Alemanha;
- aquisição de uma máquina de vidragem bicolor, que lhe permitiu a entrada em novos mercados, especialmente de exportação com a possibilidade de aplicação de duas cores de forma automática.

A empresa, após estas alterações, passou a ser uma referência a nível europeu e posicionou-se no mercado da exportação, sendo o volume total de exportações na ordem dos 60%. Antes da aquisição da Portgrez, o volume de exportações não ultrapassava os 5%, estando muito fechada nos seus horizontes, vendendo, apenas, pequenas quantidades para Espanha. A sua grande vocação passou a ser a comercialização de canecas de cerveja e louça de forno bicolor.

#### **4.2.1. Análise Económica da Fábrica de Cerâmica Vianagrés, Lda.**

Até à entrada da casa-mãe AMS em insolvência, a VG foi gerindo o seu património e honrando os seus compromissos. As vendas da empresa, entre 2008 e 2010, eram, em média anual, de cerca de 1,25 milhões EUR. No ano de 2011, a faturação atingiu 1,45 milhões de EUR, apresentando a empresa sinais de crescimento para os anos seguintes. Tinha o mercado consolidado e a parte económica estabilizada.

Os problemas económicos começaram a surgir quando o responsável comercial da Vianagrés protagonizou, eventualmente, uma série de operações de recebimentos irregulares, que ascenderam aos 150 mil EUR e abandonou as instalações para iniciar o projeto de uma nova unidade concorrente no setor das canecas. Depois deste projeto estar concluído, os clientes de canecas deixaram de ter relações comerciais com a VG e passaram a ter com a unidade concorrente, de denominação Criel. Lda. A VG perdeu, de imediato, 50% do volume de negócios no ano de 2012. Para além disto, a AMS entra em processo de insolvência e arrasta a sua participada para uma situação económica difícil, uma vez que o principal financiador (Banco Internacional do Funchal) logra a redução do seu envolvimento, retirando da tesouraria corrente cerca de 200 mil EUR.

Perante esta nova realidade e com a agravante dos seus principais sócios demonstrarem desentendimentos e falta de estratégias, a situação económica ficou insustentável e, pela primeira vez na história da empresa, começaram a surgir ordenados em atraso, chegando a acumular-se três meses e um subsídio de Natal. Os trabalhadores, mesmo em condições extraordinariamente precárias, sempre se mostraram motivados e não “abandonaram” a empresa, continuando sempre a trabalhar e a fornecer os seus clientes, sem interrupções.

#### **4.2.2 O porquê da Insolvência na Fábrica de Cerâmica Vianagrés, Lda.**

Perante um cenário tão negativo e assustador para os sócios-gerentes da empresa, já com salários em atraso para com os seus colaboradores e com o aumento incontrolável do passivo, e perante um pedido de insolvência de um dos seus fornecedores (Irmãos Fonseca, Lda.), a mesma não foi capaz de obter liquidez financeira para pagar o valor em causa e seguiu o caminho de direito da insolvência. As principais razões para o caminho seguido pela VG são justificadas pelo seguinte:

- investimento na aquisição de uma nova unidade, com um contrato mal elaborado onde os interesses da empresa não foram salvaguardados;
- comissões muito elevadas para o responsável comercial da VG (5% sobre as vendas de todos os produtos da VG);
- recebimentos ilícitos de mais de 150 mil EUR, por parte do responsável comercial da VG;
- aparecimento de uma nova fábrica a fazer concorrência ao mercado das canecas;
- queda abrupta de 50% das vendas;
- processo de insolvência da AMS;
- retirada da tesouraria corrente de cerca de 200 mil EUR, por parte do Banif;
- desentendimento por parte dos principais sócios.

Pelos motivos acima referenciados, deu entrada no 1.º juízo do Tribunal Judicial de Viana do Castelo, no dia 11 de abril de 2012, pelas 12h:00, o processo de insolvência com o n.º 892/12.0TBVCT. O anúncio de insolvência foi publicado no Diário da República, 2º série n.º 85, de 2 de maio de 2012 - páginas 15352/3.

Foi nomeado Administrador de Insolvência o Dr. Fernando Silva & Sousa, economista, com escritório na Rua Pedro Homem de Mello, n.º 55, 8º andar, 4150-599 Porto.

#### **4.2.3. Credores da Fábrica de Cerâmica Vianagrés, Lda.**

A listagem de créditos da insolvente, anexo C, ascendia a 1,5 milhões EUR, dos quais 1,4 milhões EUR, tiveram direito a votação, conforme artigo 73.º alínea 7.

Destacou-se o credor Banco Internacional do Funchal S.A (Banif), com o montante de 800 mil EUR.



Os créditos de natureza privilegiada de trabalhadores ou ex-trabalhadores eram de 164 mil EUR.

Os créditos reclamados sob condição dos trabalhadores no ativo eram de 160 mil EUR.

Os créditos de natureza comum totalizavam cerca de 314 mil EUR.

Por outro lado, os ativos da insolvente apresentavam um valor estimado de 215 mil EUR.

Pela análise efetuada pelo AI, relatório da Vianagrés do art.º 155 do CIRE, concluiu-se que a empresa poderia manter a atividade, pelo menos por ora, independentemente do enquadramento no quadro de aplicação do CIRE. A sua justificação passava por, apesar de ter entrado em insolvência e com todas as consequências que daí pudessem surgir, a sua imagem de credibilidade, qualidade e competência permitiam a continuidade da sua laboração, possibilitando a manutenção de 40 postos de trabalho, todos eles com merecida competência e reconhecimento.

Com todos os indicadores, o AI acreditava que era possível levar a bom porto um processo de reestruturação que pudesse transformar a “ameaça” de insolvência em uma oportunidade de renascimento.

Os credores, após estas abordagens ficaram mais elucidados, tendo sempre dois caminhos alternativos para decidir com votação:

- a liquidação imediata do património;
- a manutenção da empresa e da sua atividade.

No caso da liquidação poderiam optar por duas situações:

- liquidação dos bens e direitos, incluídos na massa insolvente - todo o património e direitos seriam liquidados e os seus créditos serviriam para pagar aos credores, conforme seleção de prioridades. O valor apurado na venda seria de 650 mil EUR (seiscentos e cinquenta mil euros). A divisão do crédito seria realizada da seguinte forma:
  1. para os trabalhadores, o pagamento total dos seus créditos, uma vez que seriam créditos privilegiados;
  2. para os credores garantidos e comuns só seria possível fazer a satisfação residual dos seus créditos.
- Alienação da empresa como um todo (Art.º 162 do CIRE) - a empresa que pertence à massa insolvente seria alienada como um todo, com o objetivo de realizar um acervo global suscetível de gerar riqueza, potenciando, esta medida, por regra, a obtenção de melhores valores na venda do que a simples soma das partes componentes.

No caso de os credores optarem, em votação, pela manutenção da empresa e da sua atividade, por via de aprovação de um plano de insolvência:

- pelo exposto anteriormente, era convicção do AI, que existiam condições para se optar por esta via de solução, para garantir os interesses dos credores e dos demais constituintes.

#### 4.2.4. Votação da Fábrica de Cerâmica Vianagrés, Lda.

O direito de voto (Art.º 73.º do CIRE), foi abordado no ponto 4.1.4. - Votação AMS - o qual se mantém para o caso da Vianagrés.

A votação da VG foi realizada no dia 10 de outubro de 2012, pelas 14h:00, no Tribunal Judicial de Viana do Castelo (Anexo D).

A proposta do plano de insolvência seria considerada aprovada se estivessem presentes 1/3 (33%) do total de créditos com direito a voto e, por outro, lado recolher mais de 2/3 (66%) da totalidade dos votos emitidos e pelo menos metade (50%) dos votos emitidos corresponderem a créditos não subordinados, sem se considerar as abstenções (Art.º 211.º do CIRE).

Depois de efetuada a chamada, com observância das formalidades legais, procedeu-se à votação presencial:

- votos contra - 5,4272%;
- votos a favor - 61,4958%;
- abstenções - 33,0770%.

Resultado da votação sem considerar abstenções:

- votos contra - 8,1096%;
- votos a favor - 91,8904%.

Na tabela número 5, apresenta-se o resumo da votação, considerando os votos para aprovação do plano.

Tabela 5 - Votação Assembleia de Credores VG			
Votos	Contra	A favor	Total
Votos presencias	140 848,00 €	1 595 966,00 €	1 736 814,00 €
%	8,1096	91,8904	

FONTE: Requerimento votação VG

Perante esta votação, o plano de insolvência recolheu, com grande expressão a favor, a continuidade da exploração do estabelecimento industrial. A esmagadora maioria dos credores acreditou na viabilidade, contudo, o mérito é dos trabalhadores que sempre lutaram pela continuidade e também do AI que desempenhou as suas funções com excelência e reconhecimento pelo estabelecimento industrial e todos os recursos humanos que dele fazem parte.

O próximo passo seria a venda do estabelecimento, matéria da qual o AI sempre se debateu e considerou o cenário mais real e favorável, quer para os trabalhadores, quer para os credores. Fechou-se assim, com sucesso, um ciclo de incertezas que pairava na organização.

#### **4.2.5. Venda do Estabelecimento Comercial**

Após reunião de assembleia de credores para votação, foi aprovada a continuidade do estabelecimento comercial. De imediato, foram realizadas diligências por parte do AI para manter a empresa em atividade e proceder a transição do estabelecimento para uma nova sociedade. O valor da venda (1.078.161EUR) foi sugerido pelo principal hipotecário BANIF (Banco Internacional do Funchal), fundamentado em relatório de avaliação (Anexo E) e comunicado ao AI. O mesmo deliberou à comissão de credores que considerava o valor exagerado, uma vez que ainda tinha que somar o valor do estabelecimento propriamente dito, que constava no seu relatório art.º 155º CIRE (300 mil EUR). Nestas circunstâncias, o anúncio de venda, publicado no Jornal Público, de 9 de maio de 2013, foi de 1.378,161 EUR (um milhão, trezentos e setenta e oito mil, cento e sessenta e um euros) e com indicação de registos de ofertas de valor inferior (Anexo F).

No dia 20 de maio de 2013, pelas 17h:00, no escritório do AI, iniciou-se a abertura das propostas para a venda do estabelecimento comercial denominado Vianagrés. Iniciada a sessão, procedeu-se à abertura da única proposta apresentada, no valor total de 750 mil EUR (setecentos e cinquenta mil euros). O valor proposto era inferior ao valor mínimo anunciado, motivo pelo qual não se procedeu a adjudicação de imediato. Nesta situação, foram novamente ouvidos os credores da comissão e o credor hipotecário para se poder dar conhecimento ao proponente. Esta comissão não se opôs à venda, mas o credor hipotecário (BANIF) votou negativamente e, representando este a maioria, sem a sua aprovação, a empresa partiria novamente para uma situação de liquidação.

Após dois meses de negociações, o credor hipotecário apresentou novo valor para venda do estabelecimento, sendo o mesmo de 960 mil EUR. O proponente não aceitou, fazendo uma contraproposta, no mês de outubro de 2013, no valor de 800 mil EUR. Caso a sua proposta não fosse aceite, desistiria do negócio. O AI alertou a comissão de credores e o credor hipotecário para o facto de a manutenção dos postos de trabalho reduzir substancialmente os créditos laborais e, no caso da liquidação, serem necessários 730 mil EUR para pagamento dos mesmos.

Após vários meses de negociações, o credor hipotecário pronuncia-se favoravelmente à venda do estabelecimento por 800 mil EUR.

No dia 31 de outubro de 2013, foi celebrado um contrato de Transição de Estabelecimento Comercial entre o proponente (Moura Silva SGPS, S.A.) e a massa insolvente representada pelo AI (Anexo G).

Foi constituída uma nova sociedade com a designação Atlantitopázio, Lda. e o nome comercial Vianagrés foi preservado e continua a ser a imagem de marca da empresa. Conseguiu aumentar o volume de negócios, sendo maioritariamente para exportação, assim como os postos de trabalho e, nos dias de hoje, encontra-se em forte expansão, tendo em curso um projeto do Portugal 2020.

Foram meses de negociações que culminaram com a preservação dos postos de trabalho, com a continuidade e crescimento da empresa, estando atualmente em forte expansão. Sem dúvida, um enorme caso de sucesso, o qual muito se deve aos trabalhadores, bem como ao exímio trabalho e dedicação do AI, não esquecendo o proponente Moura Silva SGPS, S.A.

## Conclusão

Como já foi referido anteriormente, este trabalho de investigação resultou da análise de duas empresas que recorreram ao direito da insolvência, justificado pelas grandes dificuldades económicas que atravessavam. Foi realizado um enquadramento de todo o processo a que foram submetidas.

Após este estudo, as principais conclusões que podem ser apresentadas, são as seguintes:

- toda a bibliografia consultada, assim como a pesquisa levada a efeito na documentação das duas empresas, revelou-se fundamental e determinante para compreender o Papel dos Gestores de Insolvência numa organização;
- desta forma, ficou-se a conhecer o direito que as empresas têm de se apresentar à insolvência e estudar o seus impactos e consequências futuras;
- a insolvência pode seguir dois caminhos, ou seja, liquidação ou recuperação. O seu grande objetivo é a recuperação;
- o trabalho do AI tem um papel fundamental na recuperação da empresa, uma vez que necessita de uma gestão muito eficaz da MI para garantir a continuidade da laboração e das suas obrigações até ao desfecho do processo;
- compete ao AI a elaboração de um plano eficaz, que será sempre sujeito a aprovação por parte dos credores. Tem como principal função a fiscalização da MI;
- os colaboradores, muitas das vezes por falta de informação, experienciam situações de insegurança, não percebendo o que está a acontecer;
- os credores, muito justificado pela circunstância da impossibilidade de mover ações executivas, podem apresentar, de certo modo, alguma vulnerabilidade à forma como o processo de insolvência decorre;
- os interesses dos credores, bem como o do devedor, estão mais salvaguardados na recuperação da empresa do que na sua liquidação;
- a MI tem como principal objetivo assegurar todo o património autónomo da insolvente e destina-se a ser liquidada, para pagamento de dívidas aos credores e à própria gestão da MI, como por exemplo, honorários do AI.
- a elaboração dos créditos está dependente de regras legais, em função da classificação do crédito, do credor e da natureza do crédito, sendo que os chamados créditos não comuns são submetidos a uma ponderação legal e votam em função desse valor. Os tipos de ressarcimento dos credores são diferentes em função da natureza e género de crédito;
- quem aprova o plano são os credores;
- a VG teve o seu plano aprovado, sendo possível dar continuidade ao negócio, mas a AMS deparou-se com o plano rejeitado e partiu, de imediato, para uma situação de liquidação e extinção da empresa.

Espera-se que este estudo seja elucidativo e exemplar para outras empresas que pretendam aprofundar o tema da insolvência e que contribua para dissipação de dúvidas que possam existir.

O gosto pessoal por este tema revelou-se um fator extra de motivação para o desenvolvimento desta dissertação.

A capacidade de análise e a aproximação às empresas revelou-se uma mais-valia, sendo impulsionadores deste trabalho, aliado ao facto de realizar o estudo de duas empresas que marcarão, para sempre, a história empresarial de Viana do Castelo.

## Referências Bibliográficas

- Ascensão, J. O. (1995). Revista da Ordem dos Advogados III. *Efeitos da Falência sobre a Pessoa e Negócios do Falido*, pp. 641-688.
- Costa, M. O. (2016). Dever de Apresentação à Insolvência. Coimbra: Almedina.
- Costeira, J. (2013). Os Efeitos da Declaração de Insolvência no Contrato de Trabalho. Em *A Tutela dos Créditos Laborais* (pp. 78-81). Coimbra: Almedina.
- Cunha, O. (2014). Providências Específicas do plano de Recuperação de Sociedades, I Congresso de Direito de Insolvência. Coimbra: Almedina.
- Epifânio, M. R. (2015). Manual do Direito da Insolvência, 6º edição. Coimbra: Almedina.
- Epifânio, M. R., & Branco, J. M. (2016). Revista de Direito da Insolvência, N.º 0. COIMBRA: ALMEDINA.
- Fabrica de Cerâmica Vianagres, Lda. (10 de 09 de 2018). *Dr. Fernando Silva & Sousa*. Porto.
- Fernandes, L. A., & Labreda, J. (2015). Código da Insovência e Recuperação. Em *Código da Insolvência e Recuperação anotado, 3.º edição* (p. 292). Lisboa: Quid Juris.
- Fernandes, L. C., & Labareda, J. (2015). Código da insolvência e Recuperação de Empresas Anotado- 3º Edição. Lisboa: Quid Juris.
- Gonçalves, J. R. (02 de 12 de 2018). *Código da insolvência e da Recuperação de Empresas*. Obtido de [www.joseribeirogoncalves.com](http://www.joseribeirogoncalves.com)
- Justiça, M. d.-G. (Setembro de 2004). Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Em DGAJ. Lisboa.
- Leitão, L. M. (2015). Direito da insolvência - 6.º edição. Coimbra: Almedina.
- Lima, P. d., & Varela, J. d. (2010). Código Civil Anotado ( vol 1, 4ª edição. ). Coimbra: Coimbra Editora.
- Martins, L. M. (2013). Processo de Insolvência, 3ª edição Anotado e Comentado. Coimbra: Almedina.
- Monteiro, L. P. (2016). O trabalhador e a Insolvência da Entidade Empregadora. Coimbra: Almedina.
- Mouta, F. P. (01 de 10 de 2018). *Insolvência Advogados*. Obtido de <https://www.advogadosinsolvencia.pt/insolvencia>
- Nuno Oliveira da Silva. (04 de 12 de 2018). Obtido de <https://www.nunooliveiradasilva.pt/insolvencias/1/49/Pesquisa+R%E1pida/-1>
- Portal do Cidadão. (02 de 12 de 2018). Obtido de República Portuguesa: <https://www.portaldocidadao.pt/web/iapmei-agencia-para-a-competitividade-e-inovacao/agencia-para-a-competitividade-e-inovacao>

*Racius.com* 2019. (01 de 10 de 2018). Obtido de [www.racius.com](http://www.racius.com)

*Segurança Social*. (02 de 12 de 2018). Obtido de República Portuguesa: <http://www.seg-social.pt/fundo-de-garantia-salarial#>

Serra, C. (2013). I Congresso do Direito da Insolvência. COIMBRA: Almedina.

Serra, C. (2014). II Congresso do Direito da Insolvência. Coimbra: Almedina.

Sousa, M. P. (1968). Manual de Direito das Falências (vol. II ). Coimbra: Almedina.

Thakor, A. V. (20 de 03 de 2018). Post-crisis regulatory reform in banking: Address insolvency risk, not illiquidity! *Journal of Financial Stability*, pp. 107-111.

Vasconcelos, L. P. (2017). I Congresso de Direito Comercial das faculdades de direito do Porto, de S. Paulo e de Macau. Coimbra: Almedina.



## **Anexos**

## Anexo A – Resumo Créditos Reconhecidos Aurélio Martins Sobreiro & Filhos S.A.

### Insolvência de "Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A."

Processo nº 3257/11.8TBVCT do 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Viana do Castelo

Lista dos créditos objecto de modificação após a elaboração da lista a que se refere o artigo 129º do CIRE

#	Identificação do Credor	Valor total do crédito reconhecido			Proveniência/motivo da correcção	Mandatário
		Lista Artº 129º do CIRE	Sentença Verificação	Diferença		
235	VIAENSAIO - Controlo de Qualidade na Construção, Unipessoal, Lda. Rua dos Fradinhos, 378 - R/C - Bloco 2 4410-167 S. Felix da Marinha - V. N. Gaia NIF / NIPC: 505 134 438	5.099,16 €	4.156,16 €	943,00 €	Regularização de IVA	António Reis, Dr. Rua Bomjardim, 618 - 2º Esq. 4000-011 Porto NIF: 144 536 587
236	Vig - Prevenção de Riscos Profissionais, Lda Rua Parque Emp. da Meadela, Nº 280 4900-021 Viana do Castelo	19.619,21 €	20.664,65 €	-1.045,44 €	Tentativa de conciliação (02/10/2012)	
237	Viriato Castro Vieira Areias Rua do Corgo, 51 4910-020 Vila Praia de Âncora NIF / NIPC: 165 180 420	10.682,65 €	10.194,54 €	488,11 €	Sentença de 10/12/2012	João Duarte, Dr. Rua de Aveiro, 211 - 1º 4900-495 Viana do Castelo NIF: 185 252 117
238	Vitor Bruno Magalhães de Sousa Urb Capitães de Abril Lote 25 4925-175 Santa Marta de Portuzelo NIF / NIPC: 233 375 872	10.181,64 €	9.010,10 €	1.171,54 €	Crédito reconhecido sob condição suspensiva convertido em crédito efectivo	Tânia Gonçalves, Dr.ª Rua Manuel Espregueira nº 33 3º Sala 3.5 4900-318 Viana do Castelo NIF: 222 318 180
239	Vitor Manuel Martins Dias Rua da Carniçaria, 127 4935-440 Mazarefes - Viana Castelo NIF / NIPC: 153 630 590	16.383,94 €	15.851,40 €	532,54 €	Sentença de 10/12/2012	João Duarte, Dr. Rua de Aveiro, 211 - 1º 4900-495 Viana do Castelo NIF: 185 252 117
Total		31.580.120,49 €	30.210.784,36 €	1.369.336,13 €		

12 de setembro de 2014

O Administrador da Insolvência

(Nuno Oliveira da Silva)

## Anexo B – Votação Aurélio Martins Sobreiro & Filhos S.A.

Nuno  
Oliveira  
da Silva

Administrador da Insolvência – Economista – Técnico Oficial de Contas

Escritório:	Correspondência:	Telefone: 252 921 115
Quinta do Agrelo	Apartado 6042	
Rua do Agrelo, 236	4774-909 Pousada de Saramagos	Fax: 252 921 115
4770-831 Castêlões VNF	geral@nunooliveiradasilva.pt	www.nunooliveiradasilva.pt

Exmo(a). Senhor(a) Doutor(a) Juiz de  
Direito do Tribunal do Judicial de Viana  
do Castelo

1º Juízo Cível

Processo nº 3257/11.8TBVCT

V/Referência:

Data:

Insolvência de “Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A.”

Nuno Rodolfo da Nova Oliveira da Silva, Economista com escritório na Quinta do Agrelo, Rua do Agrelo, nº 236, Castêlões, em Vila Nova de Famalicão, contribuinte nº 206 013 876, Administrador da Insolvência nomeado no processo à margem identificado, tendo sido notificado dos votos por escrito, vem informar o resultado final da votação de aprovação de plano:

1. Na assembleia de credores foram emitidos os seguintes votos:

a. Votos contra: Euros 5.614.774,05

#	Nome do Credor	Crédito c/ Voto
9	Adelino de Barros Teixeira	16.465,00 €
24	Alípio Veloso da Cunha	43.965,66 €
29	Américo Alves da Rocha	6.116,98 €
38	Ângelo Martins Dias	30.824,09 €
40	Aníbal de Sousa Gomes	15.438,15 €
48	António Augusto Borges de Oliveira	13.222,49 €
51	António Gonçalves dos Santos	6.268,77 €
53	António Gonçalves Martins Dias	29.340,80 €
56	António Joaquim Rodrigues Peixoto de Magalhães	45.289,76 €
57	António Jorge Fão Gomes Bezerra	22.519,05 €
58	António José Baptista do Nascimento	66.077,85 €
64	António Marques	18.903,94 €
69	António Parente Borlido	15.114,00 €
72	António Rodrigues Alves	7.837,69 €
73	António Rui Albano, Unipessoal, Lda.	112.941,60 €
84	Armando Celestino Gonçalves Fernandes de Jesus	9.779,57 €
91	Assunção Meireles de Sousa	4.995,30 €

#	Nome do Credor	Crédito c/ Voto
112	Banco Comercial Português, S.A.	2.007.204,19 €
116	Banco Santander Totta, S.A.	2.085.339,16 €
160	Carlos Cláudio Ribeiro Perhat	32.000,63 €
164	Carlos Manuel Matos Torre	19.278,02 €
173	Casimiro Borlido Cerqueira	6.143,41 €
223	Cunha Bastos - Sociedade de Construções Eléctricas, Cíveis e Obras Públicas, Lda	10.781,93 €
226	Daniel da Silva Pereira	7.584,58 €
227	Daniel Henrique da Cunha Pimenta	10.867,32 €
245	Domingos Alberto Rodrigues Gonçalves	2.279,19 €
249	Domingos Luis Arantes Barbosa	4.149,75 €
274	Eugénio Miranda Rodrigues	7.100,00 €
293	Fernando António Ramalhosa Lopes	16.249,62 €
297	Fernando Fernandes Amaral	14.676,76 €
309	Firmino Miguel Sobreiro Araújo	28.518,57 €
311	Francisco Alves Quezado	19.047,37 €
317	Francisco José Ribeiro de Passos Gama	8.440,43 €
319	Francisco Manuel Paços Peixoto	14.317,89 €
365	Ilídio Lopes Pereira	12.336,04 €
408	João Alexandre Lacerda Gonçalves	5.125,00 €
423	João Paulo de Sousa Fernandes	10.444,94 €
429	Joaquim Esteves Afonso do Rego	11.676,61 €
446	José António Sousa da Silva	8.499,27 €
447	José Augusto Afonso Vieitas	9.677,56 €
455	José Carlos e Silva Brás	21.649,83 €
460	José da Silva Teles	18.957,97 €
481	José Manuel Oliveira Nunes	9.351,57 €
482	José Manuel Pereira Torres	26.357,43 €
483	José Manuel Pires Quintas	6.531,18 €
492	José Martins Oliveira - Unipessoal, Lda.	294.771,66 €
493	José Miguel Alves Fernandes Pita	14.253,97 €
507	Laureano Duarte Esteves	2.711,82 €
508	Leandro Augusto Azevedo Rodrigues	39.406,95 €
526	Luís Miguel da Rocha Romão	6.295,66 €
540	Manuel Agostinho Gonçalves Loureiro	15.144,64 €
547	Manuel Brasilino Pereira de Oliveira	13.036,56 €
563	Manuel Luís Azevedo	7.967,96 €
569	Manuel Paulo Meira Ferreira	14.246,12 €
570	Manuel Ribeiro da Cunha	15.045,13 €
581	Maria José de Amorim Martins Figueira Alves	21.771,33 €
586	Marino Rodrigues de Sousa	17.158,75 €

#	Nome do Credor	Crédito c/ Voto
608	Miguel Coelho Afonso	5.588,22 €
649	Olímpio de Sousa Rodrigues	52.200,00 €
657	Óscar Manuel da Costa Cravo	18.691,46 €
665	Paula Filipa Parente Pinheiro	6.973,50 €
666	Paula Maria Alves Amorim	19.052,37 €
672	Paulo Jorge Rodrigues Cardoso Ferreira	29.729,39 €
681	Pedro André Araújo Lima	7.001,75 €
688	Petrica Emanuel Maghiran	4.445,97 €
707	Raimundo Daniel Afonso	5.863,93 €
728	Ricardo Manuel Morence da Cruz	21.603,44 €
735	Romeo Ilie Maghiran	5.113,57 €
738	Rui Manuel Borges Cerqueira	20.811,37 €
739	Rui Manuel da Costa Carvalho	16.282,52 €
804	Teófilo Vicente Gonçalves Coelho	39.919,09 €
<b>Total dos votos contra</b>		<b>5.614.774,05 €</b>

**b. Votos a favor: Euros 4.477.341,05**

#	Nome do Credor	Crédito c/ Voto
4	Abel Rodrigues da Silva	7.565,03 €
11	Adriano Manuel Rocha de Sá	9.007,79 €
14	Afonso Rogério Sobreiro Morence	42.746,43 €
18	Aguasistemas - Produtos e Serviços para Água e Ambiente, Lda.	251.005,06 €
20	Alberto Maciel de Faria	24.475,70 €
31	Ana Maria Gaudino de Passos Azevedo	23.789,34 €
32	Ana Pinto Sobreiro (Accionista)	17.779,00 €
37	Andreia Marisa Barros Silva	6.614,45 €
45	António Adolfo de Araújo Ribeiro	5.930,92 €
55	António Joaquim Oliveira Ávida	7.034,43 €
80	Armando Alberto Correia de Castro Pinto Sobreiro	79.458,26 €
81	Armando Alberto Martins Maciel	61.626,43 €
82	Armando Alberto Pinto Sobreiro	29.712,07 €
85	Armindo de Sousa Fernandes	10.922,79 €
88	Artur Bernardo Pires Rodrigues de Oliveira	16.476,91 €
94	Auréliu Manuel Martins Maciel	58.120,11 €
96	Aurora da Costa Lima Fernandes	38.872,83 €
106	Avicópia - Comunicações, Informática e Escritório, Lda.	1.099,29 €
138	BRITAGODO - Sociedade de Dragagens, Lda.	155.874,31 €

#	Nome do Credor	Crédito c/ Voto
140	Bruno Miguel de Sousa Fernandes	5.459,94 €
153	Cândido Neiva Neto	34.410,63 €
156	Carla Ivone Dantas Rodrigues Verde	35.828,81 €
163	Carlos Manuel da Costa Ferreira	7.779,60 €
176	Célia Mónica de Salvador Fernandes e Cunha	7.977,29 €
244	Domingos Alberto da Cunha Maia	24.259,33 €
246	Domingos Alves Faria	31.554,62 €
247	Domingos da Cunha Vieira	8.579,33 €
250	Domingos Martins Maciel	32.925,82 €
251	Domingos Sobreiro Morence	31.797,24 €
252	Dora Maria da Cunha Alves Pereira	22.897,96 €
253	DRAGALIMA - Sociedade de Dragagens, Lda.	84.830,03 €
263	Elísio Carvalheiro Caiano	30.471,50 €
264	Elísio de Sousa Portela	37.317,86 €
266	Emídio António Pereira Parente	12.968,95 €
272	Estado	54,40 €
281	Fabiola da Rocha Eira	12.090,17 €
282	Fabiola Miguel Cruz Tinoco da Costa	28.081,51 €
285	Faixas da Ribeira - Construção Civil Unipessoal, Lda.	5.677,00 €
296	Fernando Coelho Unipessoal, Lda	4.969,42 €
306	Filipe Gabriel da Cruz Maciel	6.631,24 €
315	Francisco Gustavo Durães Fernandes	17.856,17 €
316	Francisco José Esteves Fão	7.083,58 €
318	Francisco José Rodrigues da Silva	13.991,74 €
321	Francisco Paulo Cunha Sousa	6.278,02 €
322	Franco & Barreto, Lda.	25.265,83 €
329	Gastão Humberto Gonçalves dos Santos	5.947,58 €
333	Germano Pinto Sobreiro	22.152,89 €
355	Hugo Alexandre Peixoto Pereira	8.745,13 €
376	Inocêncio Cândido Campelo Martins Magalhães	27.314,59 €
390	Isidro Gonçalves Silva	70.661,35 €
403	Jaime Ribeiro Dias	9.589,27 €
407	João Alberto Ribeiro Fernandes	17.768,99 €
412	João Fernando Borlido Cerqueira	6.005,37 €
421	João Miguel de Sá Urbano	139.297,67 €
427	João Tomas Puga Martins	7.451,35 €
434	Jorge Alberto Afonso Vieltas	22.779,41 €
435	Jorge Atílio Ribeiro Barbosa	14.013,55 €
436	Jorge Augusto Esteves Teixeira	21.958,76 €
442	José Alcino da Rocha Lourenço Ribeiro	27.810,16 €





#	Nome do Credor	Crédito c/ Voto
445	José António Gonçalves Coelho	11.746,95 €
448	José Aurélio Guerreiro Dias Ferreira	32.207,59 €
453	José Carlos de Bastos Carvalho	50.504,00 €
454	José Carlos Durães Correia	2.144,04 €
457	José Carlos Gonçalves Trigueiro	12.795,90 €
461	José Daniel Campelo M. Magalhães	16.293,25 €
464	José Domingos Fonseca Rigor	5.052,19 €
474	José Luís Martins Maciel	5.581,19 €
476	José Manuel Borlido Vieites	7.976,87 €
479	José Manuel Gonçalves Pereira	36.399,00 €
480	José Manuel Maciel de Castro	7.149,30 €
488	José Maria Lima Dias	9.257,09 €
496	José Porfírio Torres do Casal	17.932,55 €
498	Júlia Rosalina Pinto Machado	29.379,21 €
499	Júlio Agostinho Martins Maciel	5.925,96 €
505	Lar de Santa Teresa - Instituição Particular de Solidariedade Social	11.927,72 €
514	LIEBHERR - Máquinas de Construção Portugal, Lda.	489.971,83 €
523	Luís de Jesus Afonso Ribeiro	10.931,73 €
525	Luís Leopoldo Pereira de Ramos	7.667,68 €
527	Luís Miguel Lopes Sobreiro	41.447,92 €
541	Manuel Agostinho Lourenço Ribeiro	4.459,45 €
548	Manuel Correia Oliveira & Filhos, Lda.	757.542,46 €
559	Manuel Joaquim Gonçalves Maciel	23.743,67 €
561	Manuel José Pedrosa da Rocha Lima	17.396,13 €
565	Manuel Luís Ferreira Gonçalves	16.254,43 €
576	Marco Manuel da Silva Caiano	9.360,81 €
582	Maria Lisete da Silva Lima Costa	20.479,18 €
589	Mário João Conde	6.667,33 €
591	Marlene Luísa Andrade Crespo	25.672,72 €
641	Nuno José Amorim Vasconcelos Pereira	11.980,09 €
643	Nuno Manuel Fernandes de Faria	25.010,03 €
644	Nuno Maurício Lopes Sobreiro	35.598,65 €
646	Nuno Miguel da Costa Morence	5.927,91 €
647	Nuno Miguel Fernandes Rodrigues	5.590,31 €
648	Nuno Miguel Quesado Alves	19.684,01 €
650	Olímpio Gonçalves Pereira	30.243,14 €
667	Paulo Alexandre Miranda Cepa	13.983,29 €
669	Paulo António Ribeiro de Magalhães	43.440,99 €
671	Paulo Jorge Lima Coelho	7.821,46 €
673	Paulo Manuel Dias Pereira	37.941,00 €

#	Nome do Credor	Crédito c/ Voto
682	Pedro António Torres Menezes	13.712,18 €
690	Petropneus - António R. Oliveira Amaral & Filho, Lda.	147.488,50 €
727	Ricardo Manuel Amorim Ferreira	35.254,48 €
729	Ricardo Pacheco Correia Borlido	4.266,31 €
741	Rui Manuel Lima Gaivotto	15.882,06 €
743	Rui Pereira de Oliveira	11.129,48 €
755	Sebastião Martins Dias	15.479,71 €
758	Secundino Rodrigo Monteiro Vaz	6.550,53 €
781	Sónia Maria Veira da Silva	6.789,77 €
782	Sónia Odete Ferreira Rodrigues Fernandes	6.474,83 €
799	TECNIMPULSO - Trabalhos de Engenharia Civil, Lda.	368.544,00 €
805	Teresa da Costa Lima	6.246,72 €
812	Tiago Sobreiro de Sousa	10.640,72 €
817	TOPBET - Trabalhos de Obras Públicas e Pavimentos Betuminosos, S.A.	52.470,13 €
841	Valdemar Miguel Faria Ferreira	6.408,34 €
847	Venafil - Cleaning and Gardens, Lda.	13.694,24 €
853	Vianaturbo - Dacar Automóveis, Lda.	1.068,43 €
860	Viriato Castro Vieira Areias	10.682,65 €
862	Vitor Bruno Magalhães de Sousa	10.181,64 €
865	Vitor Manuel Martins Dias	16.383,94 €
872	Wave Solutions - Sist. Informacao Lda.	258,15 €
<b>Total dos votos a favor</b>		<b>4.477.341,05 €</b>

c. Abstenções:

#	Nome do credor
23	Alfredo Rodrigues Sequeira Duque
27	Amadeu de Jesus Queiroz
33	Ana Pinto Sobreiro (Trabalhadora)
61	António Lopes Malheiro
110	Banco Bilbao Viscaya Argentaria (Portugal), S.A.
111	Banco Bilbao Viscaya Argentaria (Portugal), S.A.
115	Banco Santander Totta, S.A.
118	Bankia, S.A.
144	Caixa - Banco de Investimento, S.A.
145	Caixa de Aforros de Galicia, Vigo, Ourense e Pontevedra
149	Caixa Geral de Depósitos, S.A. (SCUT)
151	Caixabank, S.A.
234	Dexia Sabadell, S.A.
271	Ernesto Varzim Faria
320	Francisco Maria Alves de Faria



#	Nome do credor
381	Instituto de Crédito Oficial
418	João Lima Correia
452	José Carlos da Costa Carvalho
502	Juventino Manuel Lima Barbosa
531	LUSOESTRADA - Trabalhos Complementares em Vias de Comunicação, Lda
554	Manuel Fernandes da Silva
572	Manuel Silva Germano
573	Manuel Viana Vaz Saleiro
607	Miguel Ângelo Rodrigues
742	Rui Pedro Clementino Gaião

2. Dos credores que votaram por escrito, o resultado é o seguinte:

a. Votos contra: Euros 8.521.392,07

#	Nome do credor	Crédito c/ Voto
113	Banco Espírito Santo, S.A.	5.421.003,35 €
117	BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.	1.354.206,45 €
119	Barclays Bank, PLC	1.391.798,49 €
237	Diana da Conceição Cardoso Rio	34.119,74 €
475	José Luís Pereira Cristino	22.410,46 €
597	Meadela Peças, Lda.	7.809,79 €
692	Pinheiro & Santos, Lda.	113.513,63 €
876	Instituto da Segurança Social, I.P.	176.530,16 €
<b>Total dos votos contra</b>		<b>8.521.392,07 €</b>

b. Votos a favor: Euros 10.870.652,27

#	Nome do credor	Crédito c/ Voto
36	André Macedo Rodrigues	2.745,21 €
70	António Pedro Conceição Monteiro Guardão	43.447,53 €
102	Auto-Sueco (Coimbra), Lda (ASCENDUM)	13.150,14 €
114	Banco Popular Portugal, S.A.	47.165,05 €
148	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	7.517.322,79 €
150	Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	259.308,99 €
180	CENTROCAR - Centro de Equipamentos Mecânicos, S.A.	5.597,60 €
199	Construções Álvaro Miranda, Lda.	29.973,15 €
300	Ferrovias e Construções, S.A.	15.178,00 €
456	José Carlos Gomes Afonso	10.459,40 €
556	Manuel Ferreira Lages	21.276,16 €

#	Nome do credor	Crédito c/ Voto
584	Maria Teresa Ferreira Rodrigues	6.475,06 €
617	Mota - Engil Pavimentações, S.A.	48.780,22 €
619	Mota-Engil, Betão e Pré-Fabricados, Sociedade Unipessoal, Lda.	39.979,86 €
620	Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.	189.439,33 €
636	NORGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	657.355,32 €
645	Nuno Meira da Costa	35.813,68 €
654	Orlando Xavier da Silva Lourenço	5.198,73 €
689	Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	218.292,22 €
701	PROBIGALP - Ligantes Betuminosos, S.A.	1.595.652,96 €
822	TRACEVIA - Sinalização, Segurança e Gestão de Tráfego, Lda.	28.552,91 €
824	TRACTORASTOS - Sociedade Vendedora de Acessórios, Lda.	8.217,91 €
845	Vasco António Gonçalves Ferreira	26.297,82 €
868	VOLRENT - Aluguer de Máquinas e Equipamentos, Sociedade Unipessoal, Lda	44.972,23 €
<b>Total dos votos a favor</b>		<b>10.870.652,27 €</b>

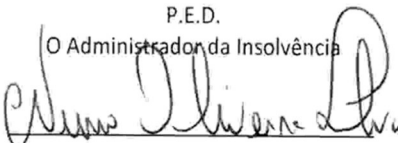
c. Abstenções:

#	Nome do credor
602	Metalocaminha - Metalomecânica, Lda.
737	Rui Filipe Macedo Rodrigues

3. Considerando todos os votos emitidos, o resultado global da votação é o seguinte:

Votos	Contra	A favor	Total
Votos na assembleia de credores	5.614.774,05 €	4.477.341,05 €	10.092.115,10 €
Votos por escrito	8.521.392,07 €	10.870.652,27 €	19.392.044,34 €
<b>Totais</b>	<b>14.136.166,12 €</b>	<b>15.347.993,32 €</b>	<b>29.484.159,44 €</b>
	<b>47,94%</b>	<b>52,06%</b>	<b>100,00%</b>

Assim, face ao resultado da votação, conclui-se que o plano de insolvência não recolheu os votos necessários para ser aprovado.

P.E.D.  
O Administrador da Insolvência  
  
(Nuno Oliveira da Silva)

Castelões, 25 de Outubro de 2012

## Anexo C – Resumo Créditos Reconhecidos Vianagrés, Lda.

Relatório Administrador Insolvência  
Proc 892/12.0TBVCT 1º Juízo Cível Trib Judicial Viana Castelo  
Fábrica Cerâmica Vianagrês Lda

**RELAÇÃO CRÉDITOS RECONHECIDOS - art 129º/1 CIRE**

Num.	Nome do Credor e Endereço	NIF/NIPC	Natureza	Valor dos Créditos EUR			Garantias / Privilégios	Taxa Juro
				Capital	Juros	Total		
67	4740-451 FORJÃES	213260972	Sob condição	6.805,68		6.805,68		
68	Sónia Cristina Gorito Marques Rua Padre Manuel Lopes Vilaverde 33 4905-513 MUJÃES	213493187	Privilegiado	3.282,90		3.282,90	Art.º 333 CT e art.º 748 CC	
			Sob condição	8.492,35		8.492,35		
69	Susana Leite Ferreira R Calçada 4905-154 TREGOSA	213260972	Privilegiado	3.500,30		3.500,30	Art.º 333 CT e art.º 748 CC	
			Sob condição	8.752,45		8.752,45		
70	Tecnimpulso Trabalhos Engenharia Civil Lda R Veiga 832 4900-817 VIANA DO CASTELO	501816895	Comum	6.000,00		6.000,00		
71	Transduo Logística Transportes Lda Rua Central Barrosas 858 4585-902 RECAREI	503212555	Comum	3.300,00	116,38	3.416,38		
72	VIG Lda Parque Industrial da Meadela 280 4900-021 VIANA DO CASTELO		Comum	2.940,30		2.940,30		
73	Vitor Hugo Costa Araújo Rua Paço 15 4705-431 CELEIRÓS BRG	239618572	Privilegiado	4.465,70		4.465,70	Art.º 333 CT e art.º 748 CC	
Total Créditos Reconhecidos				2.598.155,28	111.956,46	2.714.061,74		

## Anexo D – Resumo Votação Vianagrés, Lda.

Proc 892/12.0TBVCT 1º Juízo Cível Trib Judicial Viana Castelo  
Fábrica Cerâmica Vianagrés Lda

### Resultados da Votação Assembleia Credores de 10 de Outubro de 2012

Votos computados de acordo com a Relação Créditos Reconhecidos art 129º/1 CIRE e douto despacho atribuição votos

#	Nome do Credor e Endereço	NIF/NIPC	Nr Votos - art 73º CIRE	% Nr Votos	Presenças	Propostas do AI		
						Favor	Contra	Abstenção
67	Roberto F. S. Silva e Cia 4740-451 FORJÃES	213020000	6.806	0,2508%	6.806	6.806		
68	Sónia Cristina Gorito Marques Rua Padre Manuel Lopes Vilaverde 33 4905-513 MUJÃES	213493187	3.283	0,1210%	3.283	3.283		
			8.493	0,3129%	8.493	8.493		
69	Susana Lette Ferreira R Calçada 4905-154 TREGOSA	213260972	3.501	0,1290%	3.501	3.501		
			8.753	0,3225%	8.753	8.753		
70	Teotimpulso Trabalhos Engenharia Civil Lda R Velga 832 4900-817 VIANA DO CASTELO	501816895	6.000	0,2211%	6.000	6.000		
71	Transduo Logística Transportes Lda Rua Central Bernos 858 4585-902 RECAREI	503212555	3.417	0,1259%				
72	VIG Lda Parque Industrial da Meadela 280 4900-021 VIANA DO CASTELO		2.941	0,1084%				
73	Vitor Hugo Costa Araújo Rua Paço 15 4705-431 CELEIRÓS BRG	239618572	4.466	0,1645%	4.466		4.466	
Total Créditos Reconhecidos			2.714.115,00	100%	2.595.243	1.595.966	140.848	858.429
Presenças					2.595.243			
Representatividade das Presenças					95,6202%			
Resultado (Em % das Presenças)						61,4958%	5,4272%	33,0770%

## Anexo E – Resumo Relatório Avaliação Vianagrês, Lda.



### RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

(Actualização ao Relatório de Avaliação de 28 de Novembro de 2012)



Proponente: FÁBRICA DE CERÂMICA VIANAGRÊS, LDA

N. Ref.: 262

Proposta N.º: —

Un. Negócio: 861 – Núcleo de Insolvências DRC

N.º de Conta: 44/279576

Data: 31 de Janeiro de 2013

A pedido de: BANIF, SA

**Observação:** *O presente documento e o respectivo relatório de avaliação são documentos para uso exclusivo do Banif, não devendo, em caso algum, ser facultado o acesso do seu conteúdo ao Cliente. As opiniões e pareceres nele mencionados expressam, apenas, a posição dos seus autores, não podendo, nem ficando, o Banco a eles vinculado.*

### VALORES DE AVALIAÇÃO

<b>PVT – Presumível Valor de Transacção</b>	<b>1.005.000,00 €</b>
<b>VVI – Valor de Venda Imediata</b>	<b>755.000,00 €</b>
<b>Valor para Efeito de Seguro (CC + E):</b>	<b>1.239.000,00 €</b>


Nota: Foi considerado para o cálculo do Valor de Venda Imediata, um tempo médio esperado para venda de 3 anos, a uma yield de 10% calculada com base na remuneração obtida num investimento em produto financeiro sem risco (OT a x anos, taxa de 3,35%) acrescido de um prémio de risco de 6,65% considerado adequado ao tipo de imóvel e risco do investimento.

**O Perito Avaliador**



Sérgio Esteves, Eng.º

**Validado por:**



Jorge Ferreira Mendes, Engº





## Anexo G – Minuta Contrato Transição Vianagrés, Lda.

Primeira

Massa Insolvente da sociedade **Fábrica Cerâmica Vianagrés Lda.**, titular do NIPC **501748717**, com sede no Lugar de Algaes – Carvoeiro – Viana do Castelo, representada pelo seu Administrador Judicial Dr. Fernando Silva e Sousa, titular do NIF 127311777, com endereço profissional na Rua Pedro Homem Mello 55 8º 4150-599 Porto.

**Moura Silva SGPS SA**, sociedade anónima, titular do NIPC 510397450, com sede na Rua Marco 448 4830-741 Taíde/ Póvoa Lanhoso, aqui legalmente representada por João Paulo Silva Oliveira, titular do NIF xxxxxxxxxxxxxx, e por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, titular do NIF xxxxxxxxxxxxxx, na qualidade de Administradores com poderes para o acto.

E considerando que:

A – Por sentença datada de 11 de abril de 2012 a Primeira Outorgante foi declarada insolvente nos autos do Processo nr 892/12.OTBVCT 1º Juízo Tribunal Judicial Viana Castelo;

B – A Massa Insolvente é detentora de um estabelecimento comercial e industrial em funcionamento, sito no Lugar de Algaes – Carvoeiro – Viana do Castelo, pelo qual é prosseguida a atividade produção de louça de grés de uso decorativo e utilitário e ainda canecas para cerveja com uma forte componente exportadora para países da Europa (França, Alemanha e Espanha) e para os Estados Unidos;

C – Nos termos da decisão tomada em sede de Comissão Credores datada de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e nas precisas condições aí estabelecidas foi deliberado proceder à venda do identificado estabelecimento detido pela Massa Insolvente.

Pelas Outorgantes é celebrado um contrato de compra e venda de estabelecimento comercial que se regulará pelos termos e cláusulas seguintes:

Primeira

A Primeira Outorgante transmite e a Segunda adquire, o estabelecimento produção de louça de grés de uso decorativo e utilitário e ainda canecas para cerveja, sito no Lugar de Algaes – Carvoeiro – Viana do Castelo que é detido pela Primeira;

Segunda

Conforme decorre da deliberação da Comissão Credores nos termos supra:



A - O estabelecimento é transmitido com todos os elementos ativos que o integram como constam dos Anexos (I – Imobilizado, II – Existências III – Créditos sobre Terceiros);

B – A presente transmissão inclui e assegura a manutenção dos postos de trabalho com a garantia de manutenção de salários, regalias e antiguidade, constantes do Anexo IV.

#### Terceira

O preço acordado da presente compra e venda é de 800.000 EUR (oitocentos mil euros).

#### Quarta

O pagamento do preço será efetuado em 8 (oito) prestações mensais, iguais e sucessivas com início nesta data, sendo tituladas pro cheques pré-datados à ordem da Massa Insolvente.

#### Quinta

O não pagamento, por parte do segundo outorgante, de qualquer das prestações estipuladas importará o imediato vencimento de toda a dívida e a sua imediata exigibilidade.

#### Sexta

As transmissões dos imóveis serão efetuadas até 15 (quinze) dias após o termo do plano de pagamento indicado na cláusula anterior.

#### Sétima

As transmissões dos imóveis serão efetuadas até 15 (quinze) dias após o termo do plano de pagamento indicado na cláusula anterior.

#### Oitava

Todos os conflitos emergentes da interpretação ou execução do presente contrato serão submetidas ao foro da Comarca onde corre termos o Processo Insolvência identificado.

Feito em duplicado em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx fazendo parte integrante do presente contrato os Anexos I, II, III e IV.

Pela Primeira Outorgante

Pela Segunda Outorgante